



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 12/18
2018-12-14



ATA Nº 12/18

7ª Sessão Extraordinária

14 de dezembro de 2018

--- No dia catorze de dezembro de dois mil e dezoito, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 7ª Sessão Extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Expediente e informações. -----
- 2. Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal. -----
- 3. Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----
- 4. Autorizar o Município, enquanto autoridade de transporte competente, a celebrar com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) o Contrato Interadministrativo de delegação de competências nesta entidade, quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, nos termos da respetiva da proposta. Proposta nº 867-P/2018. -----
- 5. Autorizar o Município a celebrar com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) o Contrato Interadministrativo de delegação de competências nesta entidade, no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da concessão da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão, nos termos da respetiva da proposta. Proposta nº 884-P/2018. -----
- 6. Tomar conhecimento do contrato de gestão delegada celebrado entre a AMTRES e a TRATOLIXO; e apreciar e votar o reforço do compromisso plurianual, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 890-P/2018. -----
- 7. Apreciar e votar a alteração pontual ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra e Tabela de Taxas e Outras Receitas para 2018, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património. Proposta nº 917-P/2018. -----
- 8. Tomar conhecimento dos Relatórios de Monitorização de 2018 referentes às Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra, de Agualva, de Mem Martins-Rio de Mouro e de Queluz-Belas, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 918-P/2018. -----
- 9. Apreciar e votar o projeto de Regulamento Municipal Rea VIVA Sintra – Programa de participação para a realização de obras de imóveis ARU's, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Planeamento, Gestão do Território e Ambiente.



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Proposta nº 919-P/2018. -----

-- 10. Apreciar e votar o aditamento do nº 2 do artigo 24.º-A do Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 870-P/2018. ----- 11.

Reconhecer e declarar como relevante Interesse Público Municipal a aprovação do projeto de RECENTALICERCE, S.A., nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 798-P/2018. -----

12. Apreciar e votar o acordo de Geminação entre o Município de Sintra e a *Commune de Goussainville*, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 801-P/2018. -----

--- 13. Apreciar e votar a celebração de um protocolo de cedência de utilização de espaço de um armazém sito na cave do nº 2 da Rua Dr. Agostinho Neto, em Mira Sintra, que corresponde à fração autónoma A, com área de 165,85 m² descrita na Conservatória do Registo Predial de Agualva-Cacém sob a ficha nº 86-A, da Freguesia de Mira Sintra, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 70/A da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra e de um posto de limpeza sito no Impasse da Cruz, em Agualva, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 760-PM/2018. ---

--- 14. Apreciar e votar a celebração de um Contrato Interadministrativo de Colaboração a celebrar entre o Município e a União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem respeitante à concretização da obra de recuperação do Recinto Polivalente João Sousa Leitão, sito na Rua das Indústrias, na Terrugem, propriedade da referida União de Freguesias, tendo em vista a concretização das Festas em honra de Nossa Senhora da Nazaré, cujo círio irá percorrer em 2019 e 2020 as povoações da Terrugem e de São João das Lampas, tendo ainda como pressuposto a futura utilização do espaço e sua disponibilização ao Município aquando de eventos de interesse municipal, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 768-P/2018. -----

-- 15. Adquirir à Eventual – Sociedade de Construções, Lda., o prédio misto sito na Av. Torcato Pardal Monteiro, nº 9, em Pêro Pinheiro, composto por vários edifícios e logradouro, com a área total de 18626 m², descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra com a ficha nº 1741 da freguesia de Pêro Pinheiro e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos nº 4637, 4640, 4643 da União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar e pelos artigos rústicos nº 126 e 145, ambos da secção 1K da mesma União de Freguesias, pelo valor total de 725.000,00 € (setecentos e vinte e cinco mil euros), nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 946-P/2018. -----

-- 16. Apreciar e votar a afetação de terrenos municipais ao Programa de Disponibilização de Terras de Sintra para Utilização Agrícola, Florestal e Silvopastoril, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 757-P/2018. -----

-- 17. Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno com área de 96,00 m² a confrontar do norte, sul e poente com domínio público municipal e do nascente com Maria do Céu Niza Mateus, para posterior alienação a Maria do Céu Niza Mateus e anexação ao prédio sito na Rua da Liberdade nº 18, em Vila Verde, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 572 da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 3608 da Freguesia da Terrugem, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 759-PM/2018. -----

--- 18. Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 3.343,56 m² sita na Rua de Macau nº 34, em Mem Martins, destinada a equipamento escolar, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 812-PM/2018. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-- 19. Apreçar e votar a desafetação do domínio público municipal das seguintes parcelas de terreno:

- Parcela de terreno com a área de 715,00 m² a confrontar a norte e a sul com domínio público municipal e a nascente e poente com Município de Sintra, para integrar o domínio privado municipal e ser anexado ao prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7759 da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4113 da Freguesia de Santa Maria;

- Parcela de terreno com a área de 280,00 m² a confrontar a norte com domínio público municipal, a sul, nascente e poente com Município de Sintra, para integrar o domínio privado municipal e ser anexado ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 6 secção 2H da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 11816 a fls. 34 do B-34 da Freguesia de Santa Maria; e

- A integração no domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 1.180,00 m², área que corresponde ao atual arruamento, a destacar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7759 da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4113 da Freguesia de Santa Maria, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 813-PM/2018. -----

-- 20. Apreçar e votar a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 535 m² a destacar do prédio rústico, artigo 24.º da secção 1D da União de Freguesias de Queluz e Belas, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 853-PM/2018. -----

- Presentes, dos **Membros da Mesa**, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, Presidente da Assembleia, e Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês, 1ª Secretária. Assumiu funções de 2ª Secretária Substituta a Deputada Maria Helena Correia Pissarro Cardoso. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; José Miguel Portelinha Vaz; Carlos Alberto Ramos; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Antonieta Rosa Gomes; João Paulo Afonso Aguiar; Maria Infância Silva; Ricardo Manuel Azevedo Parente de Campos; Hugo Lopes dos Santos; Alcino Afonso Alves; Filipe Gias Barroso; e Mariana Rodrigues Almada Burgette. -----

-- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Rui Miguel Magalhães Castelhana; Marília Rosa Garraz Valente de Sousa Rocha; Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas; Adolfo Miguel Delgado dos Reis; e Marta Filipa Rosa Rodrigues. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Eunice da Conceição Baeta; Maurício Veríssimo Rodrigues; Jorge Pereira Gomes; e Inês Alexandra Baeta de Abreu Vivaldo. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: Jacinto Higino Domingos; Rogério Duarte Cassona; Mário Filipe Ilhéu Condessa; e Luís Coelho. -----

-- Pelo Grupo Político Municipal do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: André Aurélio Marona Beja e Teodósio Maria Alcobia. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PESSOAS/ANIMAIS/NATUREZA – **PAN**: Bernardo Ramos Gonçalves. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO DA TERRA – **MPT**: Adriano Caetano Filipe -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Válder Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Mário Pedro de Moura Lopes dos Santos – Casal de Cambra; Pedro Manuel da Silva Filipe – Colares; Arménio Monteiro da Silva – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; Paulo Barroso Adrego – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; João António Correia Vinha – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Luís Melo – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; e Manuel Fernando Alves Pereira – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira; Domingos Linhares Quintas; Ana Isabel Neves Duarte; Marco Paulo Caldeira de Almeida; Maria Paula Gomes Pinto Simões; Carlos Parreiras Fernandes; Andreia Filipa Bernardo; e Pedro Manuel Costa Ventura.-----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **44** Deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA: -----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Hugo Miguel dos Reis Frederico, do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Hugo Lopes dos Santos.-----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Joana Sofia Pereira Santos Lopes, do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Alcino Afonso Alves.-----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Cláudia Sofia Monteiro da Silva, do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Filipe Dias Barroso, dado que a Deputada Sara Mariano Godinho, que a antecede na lista pediu igualmente a sua substituição.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal António Luís Lopes, do PS, para a presente Sessão, pela Deputada Mariana Rodrigues de Almada Burguete, dado que os Deputados Maria de Lurdes Alves Pedroso, Pedro Miguel Pereira e Ana Domingos Carioca, que a antecedem na lista, pediram igualmente a sua substituição.-----

--- Pedido de substituição do Deputada Municipal Ana Isabel Pais Pacheco Valente, do PPD/PSD, para a presente Sessão, pelo Deputado Francisco Pinho Duarte, dado que os Deputados Ana Paula Catarino e Francisco Hermínio dos Santos, que o antecedem na lista pediram igualmente a sua substituição.---

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal António Manuel Gouveia, do PPD/PSD, para a presente Sessão, pelo Deputado Paulo Jorge da Cunha Rodrigues, dado que os Deputados Domingos Manuel Miguel Rodrigues, Nuno Miguel Brilha Anselmo, Cristiana Mendes Gonçalves e Daniela Oliveira de Castro e Melo que o antecedem na lista, pediram igualmente a sua substituição.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Paulo Jorge da Cunha Rodrigues, do PPD/PSD, para a presente Sessão, pela Deputada Marta Filipa Rosa Rodrigues.-----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Maria Helena de Oliveira e Carmo, do BE, na presente Sessão, pelo Deputado Teodósio Maria Alcobia, dado que os Deputados Andreia de Almeida Laneiro e Amílcar Moraes, que o antecedem na lista, pediram igualmente a sua substituição.-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- O Presidente da União das Freguesias de Cacerem e S. Marcos, José Estrela Duarte fez-se representar na presente Sessão pelo Sr. Paulo Barroso Adrego.-----

-- O Presidente da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, Pedro Alexandre de Oliveira Brás, fez-se representar na presente Sessão pelo Sr. João António Correia Vinha.-----

-- O Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro Bruno Alexandre Nobre Parreira fez-se representar na presente sessão pelo Sr. Arménio Monteiro da Silva.-----

-- A Presidente da União das Freguesias de Queluz e Belas Paula Alexandra da Cunha Alves fez-se representar na presente sessão pelo Sr. Luís Melo.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

--- O município **Guilherme Jacinto Leite**, referiu: Eu inscrevi-me para falar, perguntaram-me o assunto e eu disse que era sobre transportes. Tenho aqui um abaixo-assinado com 60 assinaturas que foram recolhidas numa noite, que quero apresentar na Assembleia Municipal e pedir ajuda a um Deputado municipal para que o faça seguir. Vou passar a ler, diz assim: os abaixo-assinados, municípios de Sintra, vêm por este modo propor aos Deputados municipais que votem e aproveem uma resolução que obrigue a Câmara Municipal a vender rapidamente, enquanto ainda vale muitos milhares de euros, a viatura recentemente adquirida com o dinheiro dos municípios para utilização do senhor Presidente. A nossa proposta tem por base o seguinte: -----

-- 1 – O exemplo deve vir de cima. Os autarcas são os políticos que mais perto estão, devem estar, do povo e, por isso, devem dar exemplo de modéstia e de gastos controlados. Comprar uma viatura de luxo para uso do Presidente é um ato que não honra quem o faz, nem honra quem o permite fazer. -----

-- 2 – Hoje, na Europa e em Portugal, já temos, felizmente, políticos que se prestam a dar o exemplo, e por isso, fazem-se deslocar em carros elétricos. Sintra deve seguir os bons exemplos, e nunca os maus.

--- 3 - A venda do carro que foi comprado para uso do Presidente deve dar uma receita capaz de cobrir a compra de duas viaturas elétricas, da gama Renault Zoe ou Nissan Leaf, viaturas usadas por outros políticos. Com a sua venda, podem ficar com carros elétricos, o senhor Presidente e o Vice-Presidente, sem estarem a gastar mais dinheiro dos contribuintes. A gama apresentada nesta proposta tem uma autonomia diária de quilómetros, mais do que suficientes, para percorrer o concelho de Sintra, mesmo atendendo às muitas viagens que o senhor Presidente tem feito e, seguramente, irá continuar a fazer ao estrangeiro. Esse carro tem autonomia para ir da Câmara ao aeroporto de Lisboa, e regressar, sem problemas. Um bom Natal a todos, incluindo ao senhor Presidente, ou se preferir, um Santo Natal, que sempre é menos laico, republicano e socialista. -----

-- O município **Pedro Didelet Alves**, referiu: O meu nome é Pedro Alves. Sou Chefe do Grupo 93 - Sintra, a mais antiga associação juvenil do concelho. Como sabem, o nosso Grupo está a utilizar como sede a antiga Cadeia Comarcã, edifício conhecido por todos. O espaço que utilizamos passou de cemitério para cadeia, de cadeia para sede clandestina do Partido Comunista, de sede clandestina para depósito de tudo o que não cabia em mais lado nenhum, e finalmente, de depósito para Sede dos Escoteiros, dando assim, indubitavelmente, um muito mais digno uso a este espaço icónico e antigo do concelho. Cabe-me dizer, também, que a relação que o Grupo tem com o espaço vai muito para além do contrato que temos com a Câmara Municipal, feito em 1984, e que vai até 2034. Temos uma relação umbilical com o edifício. Somos o que somos também por causa dele, e a nossa Sede só se mantém como está porque cuidamos



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dela como nossa casa. Desde que estamos no espaço, inúmeras foram as vezes que fizemos intervenções na edificação, respeitando-a e dignificando-a, com o objetivo de garantir a sua conservação. Infelizmente, também inúmeras foram as vezes que a Câmara Municipal, agindo de uma forma totalmente desrespeitosa, tentou quebrar o nosso contrato, com natural destaque para 1989, em que as máquinas da Câmara Municipal investiram contra o edifício, ainda com os jovens lá dentro. Independentemente desta situação, durante os seus 85 anos de existência, o Grupo tem sido um parceiro incansável da Câmara Municipal, colaborando em inúmeras iniciativas, em parceria com o ICNF, a Proteção Civil, o Gabinete Técnico Florestal, o Departamento de Educação e Juventude, e muitas outras instituições. Muitas vezes, a relação entre a Câmara e o Grupo materializou-se num apoio da autarquia às obras que sempre fomos fazendo no edifício, havendo, por isso, um acompanhamento intenso, por parte da Câmara, do estado do imóvel. Terminando esta pequena história, chego aos dias de hoje. Nos últimos dias, realizaram-se duas visitas técnicas ao edifício, duas reuniões com o Gabinete da Presidência, cinco pedidos de acesso à documentação e aos relatórios destas vistorias, e duas menções do senhor Presidente da Câmara, em duas reuniões de Câmara, a dizer que o edifício serviria muito melhor os interesses do concelho se fosse utilizado de outra forma e, portanto, se fosse com ele, este contrato com os Escoteiros não se realizaria. Inicialmente, a nossa Sede seria encerrada na quarta-feira, depois, passou para quinta-feira, mas, entretanto, hoje fomos lá verificar e ainda está aberta. Também hoje, finalmente, enviaram-nos o Relatório que indiciava o fecho do edifício. Qual o nosso espanto quando verificámos que o relatório descreve que o edifício precisa de reparações, de pinturas, de ajustes – claro que um edifício com mais de 100 anos precisa de obras –, mas nenhuma destas fragilidades apontadas nos parece indicar o colapso iminente do edifício e, por isso, não faz de todo sentido encerrar o mesmo. Gostava de dizer a todos – e que fique bastante claro – que nós fazemos as obras no edifício, não por imposição de outrem, mas porque é o que está no contrato e porque, acima de tudo, nós demos a palavra que o iríamos fazer, e essa palavra irá ser cumprida. Mas, para isso, precisamos que a nossa Sede esteja aberta e que não esteja - passe a redundância – encerrada, para fazermos as obras. Não é de todo admissível o silêncio que se fez sentir durante todo este processo, a falta de transparência de uma Câmara que se diz cotada em 6º lugar no índice de transparência nacional. A falta de informação e a postura perante uma instituição, o Grupo 93, que para além da extraordinária importância que tem na formação de crianças e jovens do Município é, sem dúvida, o braço direito da Câmara Municipal na divulgação do concelho em todo o país, e além-fronteiras, junto de outras associações escotistas, e outras de todo o género. Assim, esperamos que o senhor Presidente esqueça a sua ideia de encerrar a nossa casa e, ao invés, nos ajude a melhorá-la e a mantê-la, como sempre o fizemos. No fundo, como diria o fundador do Escotismo: *“Estamos apenas a tentar deixar o mundo um pouco melhor do que o encontramos”*.-----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Esta intervenção do Escoteiro responsável pelo Grupo 93 merece um esclarecimento aprofundado. Em primeiro lugar, é perfeitamente verdade que eu disse – e repito hoje – que eu não teria feito este contrato. E não o teria feito por dois motivos. Por um lado, no local onde se encontra e com a vocação que tem, aquela casa não me parece ser a mais apropriada para os Escoteiros, quando temos tantas casas no nosso concelho, e tão boas, para esse efeito. Por outro lado, ao ceder aquela casa por 50 anos, sem nenhum tipo de contrapartida, com a obrigação da sua manutenção pelos Escoteiros, a Câmara devia saber que estes não tinham meios para manter um edifício daqueles. A manutenção daquela casa é uma manutenção



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cara, extremamente complexa e, quando se diz para manter aquela casa durante 50 anos, a Câmara deveria saber que isso não era possível. Então, se o quisesse fazer, dava sem nenhum tipo de contrapartida. De qualquer maneira, embora tenha dito que não o faria, não quer dizer que, estando o contrato feito, não o vá respeitar escrupulosamente. O contrato vai ser respeitado escrupulosamente, como fazemos na Câmara em tudo aquilo que tem a ver com a nossa competência. A questão que se coloca é a seguinte: foram feitas duas vistorias – que estão aqui, e eu peço que sejam distribuídas –, e fico espantado como é que o senhor que aqui interveio manteve as crianças e os jovens naquela casa, em risco sério de eles poderem ser atingidos. A vistoria diz, a respeito de uma laje que separa os dois andares, que *“do ponto de vista estrutural, a laje não se encontrará com condições de segurança satisfatórias, podendo originar o colapso parcial deste elemento estrutural”*. São engenheiros que o dizem, não são advogados. E o dever do Presidente da Câmara, quando tem relatórios destes, é levá-los a sério. Quando não se leva a sério relatórios destes, acontece o que aconteceu em Borba, o que acontece em tantos outros sítios, e que podia ter acontecido aqui, no nosso concelho, nomeadamente, na Praia Grande, caso não tivéssemos interditado a tempo aquele acesso, quando, um dia depois, caiu um pedregulho que mataria toda a gente que lá estivesse. Não devemos estar à espera - nem os senhores, nem os pais das crianças que lá estão - que aconteça uma desgraça para depois dizermos *“que horror, como é que foi possível!”* Nós não consentimos isso. A casa será interditada devido ao relatório que nós temos. As obras serão feitas e, depois disso, se quiserem regressar à casa em segurança, regressam, se não quiserem, façam como entenderem. Agora, a casa, tal como se encontra, com a insegurança que se verifica, não é comigo que vocês regressam. O contrato será respeitado totalmente, embora não concorde com ele, digo-o frontalmente, respeito-o totalmente. Agora, com a insegurança que se verifica, atestada por dois relatórios que era bom que também fossem distribuídos aos pais que estejam aqui, não podemos correr o risco de manter as crianças naquelas condições. Ao mesmo tempo, tivemos o cuidado de arranjar outra casa enquanto aquela estiver em obras, uma casa lindíssima, no Parque da Liberdade, e que se encontra em condições. Enquanto a casa estiver em obras não ficam na rua, mas ficam instalados no Parque da Liberdade, dentro da boa-fé e da boa cooperação que a Câmara tem, e que quer continuar a ter, com os seus Escoteiros, porque reconhece valor e reconhece ser uma boa ligação. Mas isto não significa que vá fechar os olhos a situações que podem ser dramáticas. Por muito popular que fosse, não podemos fazer isso. -----

-- Existe a possibilidade imediata de saírem dali para outro sítio. Aliás, o senhor sabia que estava preparada uma carta que lhe foi dirigida hoje, assinada por um assessor do meu Gabinete, mas em meu nome, que eu vou ler: *“Caro Pedro Alves, na sequência das duas reuniões já realizadas nos Paços do Concelho, por indicação do senhor Presidente da Câmara, junto envio o relatório do auto de vistoria de segurança e salubridade, efetuada na Rua João de Deus, nº 2, sede do Agrupamento, o qual tiveram ontem a oportunidade de consultar. Perante as conclusões e os alertas da referida vistoria, é do mais elementar bom senso de qualquer instituição, e uma obrigação de entidade pública, interditar o edifício até estarem repostas as condições de segurança. Mantendo o espírito de colaboração e de boa-fé que tem existido ao longo deste processo, entre os Escoteiros e a Autarquia, informo que o Presidente da Câmara concordou com a proposta de interdição do local. Neste sentido, os serviços da autarquia vão iniciar, hoje, os respetivos procedimentos. Previsivelmente, o edifício deverá ser interditado durante o dia de domingo, mas não obrigatoriamente se entenderem sair nessa altura. A autarquia estará também disponível, conforme combinado na reunião ocorrida entre o senhor Presidente e os Escoteiros, para iniciar hoje mesmo a instalação provisória dos Escoteiros no edifício do Parque da Liberdade. Se assim*



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entenderem, a visita ao local poderá ser feita hoje mesmo e os Escoteiros poderão, desde já, começar a utilizar aquele espaço. O senhor Presidente gostaria de voltar a agradecer o espírito de diálogo e de articulação que tem existido neste processo, reforçando uma vez mais o reconhecimento pelo trabalho que esta instituição juvenil tem desenvolvido ao longo das últimas décadas, no Município de Sintra". ----

--- Portanto, em primeiro lugar, é nossa intenção manter uma excelente colaboração com os Escoteiros; em segundo lugar, é nossa intenção respeitar o contrato que está feito e, não obstante não concordar com ele, irei respeitá-lo até ao último dia em que aqui estiver; e em terceiro lugar, não vamos permitir que qualquer dos jovens que frequentam aquela casa corra o mais pequeno risco. Serão feitas as obras e, depois das obras concluídas, se entenderem retomar o seu contrato, retomam o contrato. Mas não nestas condições. Quero dizer que, o que disse ali, sinceramente, foi para mim inesperado, isto depois das conversas abertas que tivemos, e da boa-fé manifestada. Falta de colaboração? Nós, quando encerramos uma casa, quando interditamos um prédio, nem sequer falamos com o dono, temos de o fazer logo. Convosco, tivemos todo o cuidado em programar, arranjar outra casa, tudo! E queremos continuar a ter este bom ambiente, uma excelente ligação e manter a consideração enorme que temos para com os Escoteiros de Sintra. É exatamente por isso que não podemos permitir que qualquer pessoa corra o mais pequeno risco, naquela casa. É por isso que vamos interditá-la, fazer as obras - vão ser notificados sobre as obras que vão ser necessárias - e, depois, como disse aqui, que as pagava, ainda por cima, estamos em boas condições de o fazer. -----

--- PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS.-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (doc. nº 1).-----

- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: **Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal.**-----

- O Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja, referiu: Começo esta intervenção por fazer uma declaração de interesses. Entre 1986 e 2000, fui membro da Associação dos Escoteiros de Portugal e fui Escoteiro do Grupo 93 - Sintra. Faço esta declaração de interesses para que saibam ao que venho, para que fique claro, mas também para dizer que esta questão não é uma questão minha, pessoal, nem do meu partido, nem de nenhum partido, nem contra nenhum partido. Esta é uma questão de Sintra, dos e das sintrenses, que muito preocupa a nossa comunidade, aliás, como podemos ver aqui por esta sala, e como podemos ver pela história que o Pedro Alves há pouco relatou, que foi só uma breve história do que se passou ao longo destes 40 anos. Já agora, dizer que o contrato de cedência da cadeia comarcã foi assinado nesta mesma sala, e é bom voltar a ela, de vez em quando, para recordar os Acordos, para recordar aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito, para recordar que é a apoiar as associações juvenis que nós formamos cidadãos e cidadãs, e que construímos um concelho melhor. Foi isso que o Grupo 93 - Sintra fez durante os últimos 30 e tal anos, na cadeia comarcã, em Sintra. E é isso que, pelas palavras do senhor Presidente da Câmara, vai continuar a fazer até 2034, mas em melhores condições. E, espero eu, deveria continuar, assim haja empenho desta Câmara e das próximas, para que esse contrato seja prolongado por muitos e bons anos, porque aquilo que ali se passa é um exemplo de política de



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Juventude e de Cidadania para Sintra, para o País.-----

--- O senhor Presidente falou-nos em boa-fé, falou-nos da sua opinião, falou-nos naquilo que acha que poderia ter feito, ou não poderia ter feito, há quase 40 anos atrás, quando andava noutras lides. Na verdade, esta conversa começou no dia 25 de setembro de 2018, quando o senhor, sem aviso prévio, fez um ataque sem precedentes a uma das associações juvenis mais antigas deste concelho, senão a mais antiga, dizendo que não estava de acordo com aquele contrato, exprimindo a sua opinião e deixando a ameaça de que queria ver, no espaço da cadeia comarcã, um centro de interpretação para os turistas que visitam Sintra. Sabemos que o turismo é a menina dos olhos deste executivo. Sabemos que tudo se faz pelo turismo, até alguns disparates, mas atacar e deixar sem casa uma associação como esta não me parece tolerável. Felizmente que o senhor Presidente recuou, felizmente que teve a humildade de dizer que vai cumprir o contrato, e nós cá estaremos para verificar e para garantir que assim seja, mas não esqueçamos como é que mais um episódio desta história começou, nesta sala, na Reunião de Câmara do dia 25 de setembro de 2018. Hoje, fala-se em vitória, e nós vamos ler a vitória com atenção, sabendo que o espaço tem qualidades, mas que precisa de obras. Nós não descuidamos a segurança de quem lá está, que não se pense o contrário, mas sabemos que a Câmara já andava a falar deste assunto há largos meses, e a vitória só foi feita em dezembro. Portanto, senhor Presidente, venham os resultados da vitória, venha um plano de trabalho, venha um plano de acerto para o futuro com o Grupo de Escoteiros, para garantir que as condições vão ser mantidas e que o contrato vai ser cumprido, e nós estaremos cá para verificar o que se passa.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu aconselhava o senhor Deputado André Beja a não julgar os outros por si próprio, era uma coisa que lhe ficava bem. Eu nunca disse, em momento algum, que o contrato não era cumprido. Ora, eu tenho o direito de dizer que não concordo com aquele contrato. Tenho o direito de dizer que os jovens mereciam melhor do que estarem metidos numa cadeia, sem campo, sem rigorosamente nada, quando nós temos espaços maravilhosos, espaços ótimos na serra, onde os Escoteiros podem estar muito mais à vontade do que no centro da Vila, numa cadeia comarcã, cheia de celas e de grades. Esta é que é a verdade. Podem ter amor à casa depois de lá estarem tantos anos, mas há outras alternativas. -----

--- Em relação à Juventude, quem é que está a fazer a Pousada da Juventude, depois de tantos anos? Quem é que tem dado centenas de milhares de euros para apoiar a Juventude e o Desporto? O que acontece, alias, em todos os domínios, desde as orquestras ao teatro, em que nós temos apoiado a Juventude em tudo, muito mais que ao turismo. E continuaremos a fazê-lo. O que está em causa é a garantia da segurança do edifício para que as pessoas possam lá estar, esse é que é o problema. Agora, se me pergunta: aquele edifício teria sido melhor aproveitado noutra coisa? Claro que sim. E os jovens podiam estar noutro sítio? Claro que sim. Nós temos a clara possibilidade de dizer que aquele edifício podia ser aproveitado para outros fins, e os jovens terem outras instalações que não aquelas. Até parece que o senhor quer dizer que nós pomos as pessoas fora e não lhes damos alternativa. É o que foi ali dizer, o que é mentira. A primeira coisa que nós fizemos foi arranjar uma alternativa, enquanto as obras decorrem. O facto de uma pessoa não concordar com o contrato não quer dizer que não o respeite. Uma pessoa, que tenha palavra e que tenha honra, pode dizer que não concorda, mas respeita o que está contratado, sendo pura e simplesmente isto o que aqui está em causa. Numa visita à cadeia, o engenheiro da Câmara, ao ver a situação em que estava o edifício, ficou alarmado e alertou de imediato para a necessidade de uma vitória urgente. Desde 2004, há 14 anos que não havia nenhuma vitória



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao edifício, e quando a primeira vistoria foi feita, nós pedimos a segunda, e as duas vistorias estão aqui, leia-as. Responsabiliza-se, perante isto, para as pessoas lá continuarem? Quer responsabilizar-se? Percebo que não queira. Esta é que é, realmente, a questão que está em causa, uma situação de perigo, uma situação de risco, e nós não devemos correr esse risco. Nós temos disponível um sítio para, de forma imediata, começar a instalar os Escoteiros, no Parque da Liberdade, uma casa que não precisa de obras. Enquanto isso, nós fazemos a identificação do que é necessário fazer para que a segurança se mantenha, dentro daquilo que é o contrato, como é evidente, com a certeza de que, em termos legais, nós nem podemos fazer de outra maneira, face ao que está contratado. É isto que está em cima da mesa, e é isto que nós faremos. Portanto, senhor Deputado André Beja, nós protegemos a nossa juventude, respeitamos aquilo que é o contrato em causa, mesmo sendo verdade que eu tenha dito que o edifício poderia ser aproveitado de outra maneira. Eu tive duas filhas escoteiras, sei do que falo, mas gostaria muito mais de ver os nossos escoteiros instalados na serra, ou num sítio com espaço e com um jardim, e nós temos tantos. -----

--- Agora, em relação ao Centro Interpretativo, realmente, é verdade, ou seja, se aquele espaço não estivesse ocupado, era um Centro Interpretativo da História de Sintra, mas não tem nada a ver com o turismo. Agora, não tenha dúvidas que o turismo, mesmo sendo um elemento muito importante para a economia e para o emprego do concelho, nós não lhe damos mais importância do que damos à indústria, e pode aferir isso ao ver o que foi a Conferência, ao ver o aumento do investimento que Sintra apresenta, ao ver a diminuição do desemprego, ao ponto de Sintra ser o concelho do país com menor desemprego, exatamente por isso. Portanto, vamos lá ver as coisas como elas são, e a forma como falou até dá a entender que nós queremos expulsar os jovens para lá meter uma coisa de turismo, nada mais falso. Não tem o direito de dizer isso ao pé das pessoas que estão aqui, ou melhor, tem o direito mas não o devia fazer. -----

--- A Líder do CDS-PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta, referiu: Trazia uma intervenção escrita, mas não vou lê-la porque já muita coisa foi dita acerca do tema. Como deve calcular, nós vamos falar acerca dos Escoteiros e acho que os partidos, nestas situações, devem ter um papel de cooperação com os vários envolvidos, tanto com a Câmara, como com os queixosos. Nós achamos que devemos apresentar soluções à medida daquilo com que nos identificamos, mas salvaguardando sempre os interesses de todas as partes. Compreendo, depois de ter tido acesso a este relatório, ainda que superficialmente, agradecendo desde já por nos ter dado acesso a ele sem, que para isso, tivéssemos que o requisitar. Compreendo o que está ali escrito, entendo as suas preocupações, e até consigo aceitar o alarmismo, mas devemos pensar que nem sempre o que parece é tal e qual como nos querem fazer parecer. As estruturas que estão danificadas, ou que necessitam de ser recuperadas, e que existe vontade de ambas as partes para que isso aconteça com a maior brevidade possível, suscitam algumas dúvidas ao Grupo de Escoteiros. Relativamente a estes relatórios, para bem de todos, o que eu sugeria é que houvesse uma entidade externa que os reforçasse, fundamentando-os, não estando, com isto, a pôr em causa os técnicos da Câmara. Se o LNEC fizesse um relatório idêntico, em que correspondesse exatamente àquilo que foi apurado pelos técnicos da Câmara, estes não teriam de se sentir ofendidos por ver uma entidade externa credível reforçar o relatório apresentado, bem pelo contrário, isso só viria reforçar aquilo que o Presidente da Câmara diz quando afirma que temos bons técnicos na nossa Câmara. Portanto, se assim é, não há qualquer tipo de receio em solicitar um relatório a uma entidade externa, e assim tiram-se as dúvidas de ambas as partes. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Outra situação é a deslocação do Grupo 93 para outras instalações. As instalações apresentadas não comportam as necessidades do Grupo 93, senhor Presidente, razão pela qual aquela solução não tem viabilidade. Se essas instalações não conseguem comportar as necessidades destes jovens, então, têm que ser arrançadas outras que as consigam comportar, para os poder deslocar para lá. Isto é tentar arranjar soluções, não é para arranjar problemas. Se deslocar os jovens para um local satisfatório, temporariamente, enquanto tenciona fazer as obras de recuperação do edifício, eles não terão argumento algum para não ir para lá. Eles só não querem sair dali porque a solução apresentada não serve para aquilo que eles necessitam. -----

--- Outra vertente, senhor Presidente, é a que tem a ver com o facto de este Grupo 93 ter tido algumas ajudas da Câmara, mas só até ao executivo anterior ao de 2013. De lá para cá, com este executivo, a Câmara não tem sido tão generosa com eles, e eu acho, tendo em conta que se trata de um Grupo muito importante para Sintra, que deveria ter outra atenção da sua parte. Gostaria de ver, e volto a reforçar, outra entidade externa a fazer um relatório sobre o edifício da cadeia comarcã. Se o senhor Presidente não se importa, acho que seria o melhor para todos. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Esta intervenção é puramente política, partidária, e portanto, deve ser entendida nessa base, quase não merecendo resposta. É óbvio que se nós pedíssemos, agora, um relatório a uma entidade externa, qualquer município que tivesse um problema desses pedia um relatório a uma entidade externa, e a Câmara Municipal perdia completamente a autoridade. Isso, além de ilegal, seria uma ofensa gratuita aos nossos engenheiros, e isso não fazemos. E mais, enquanto aguardávamos a entidade externa, que seriam mais uns meses, caía a laje, havia um problema sério e, depois, a senhora vinha aqui dizer: porque não fez logo como devia ter sido feito? As pessoas têm memória curta. Portanto, o que está em causa é um perigo, uma situação perigosa que tem que ser resolvida rapidamente. Os nossos engenheiros têm a nossa confiança plena, têm o relatório feito, aliás, foram feitos 2 relatórios, portanto, não há dúvidas sobre isso. Era o que faltava que eu desautorizasse os relatórios feitos pelas pessoas daqui. -----

--- Em relação à casa que é a alternativa, em reunião que tive com o responsável, ele nunca disse que a casa não prestava. A primeira vez que estou a ouvir que a casa não é a melhor, é por si, foi hoje e, portanto, a casa que está disponível é aquela. Isso não significa que, enquanto decorrerem as obras, se houver uma casa com melhores condições, que esteja livre, e que os Escoteiros conheçam e que me proponham, que nós não estudemos e não o façamos imediatamente, porque nós queremos o melhor para os Escoteiros e para os jovens, não queremos o pior. O pior era deixá-los estar como estão, o pior para eles e para as famílias, quando nós o que queremos é o melhor para eles. E terão sempre o apoio da Câmara, mas um apoio sério. Nós não damos apoio para pedir votos, percebe? Damos um apoio sério, mesmo quando somos impopulares, mas mais vale ser impopular e dizer as coisas como elas são do que tentar fazer manobras que, no fundo, só prejudicam os interesses sérios que estão em presença. -----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz do PS**, referiu: A Câmara é uma pessoa de bem, portanto, não está aqui para prejudicar ninguém. Por aquilo que acabámos de ver agora, aquele espaço está em ruína, e a pergunta que se põe é: se acontecesse uma derrocada dentro daquele espaço, com alguém lá dentro, quem é que assumia as responsabilidades? Portanto, estamos descansados, senhor Presidente, e o Partido Socialista, aqui representado, confia em V^a exa. porque nós sabemos, por aquilo que aqui foi apresentado, que há uma atitude séria, que o senhor Presidente teve o cuidado de



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

providenciar um espaço, provisoriamente, até que aquele seja reparado, e aquele espaço vai ser reparado. É isto que se me oferece dizer em relação à questão que aqui se levantou. -----
-- Mas a minha intervenção tem a ver com algo substancialmente diferente. Hoje, venho falar-vos de Mário Alberto Lopes Soares. Nascido em Lisboa, a 7 de dezembro de 1924, pouco tempo antes da implantação da ditadura do General Gomes da Costa, em Portugal, que teve origem na revolução ao golpe de Estado de 28 de maio de 1926, de cariz antiparlamentar, e que pôs termo à 1ª República, levando à implantação da ditadura militar que, mais tarde, se transformaria em Estado Novo, após a aprovação da Constituição de 1933. Eu faço esta introdução para que percebamos em que condições Mário Soares cresceu. Também por coincidência, já agora um aparte, em 1924, nesta altura em que ele nasceu, num tempo que se faz paralelo com os tempos atuais, num período em que estava instalada a polémica sobre o preço dos bilhetes dos transportes da Carris, em Lisboa. As pessoas revoltaram-se, nessa altura, contra o elevado preço dos transportes, precisamente no ano de nascimento de Mário Soares. Como sabemos, Mário Soares faleceu a 7 de janeiro de 2017, completando muito proximamente dois anos da sua morte, já nos próximos primeiros dias de janeiro. Este facto, e o período natalício em que vivemos, um momento de exaltação da solidariedade humana onde Mário Soares bem se integra sendo um seguidor dos valores humanistas, fundamenta esta intervenção. Filho de dois pedagogos, professores. Seu pai, João Lopes Soares, por curiosidade, um dos fundadores do Instituto dos Pupilos do Exército e, mais tarde, do Colégio Moderno, em 1936, tendo por base os valores humanistas e laicos. Sua mãe, Elisa Nobre Soares, também professora, portanto, filho de pessoas que, seguindo o pensamento republicano, davam uma importância fundamental a um dos grandes pilares da República, a Educação. Estas referências, entre outras, marcaram definitivamente o seu caráter. No anterior regime, foi preso político, deportado em São Tomé, exilado em França. Casou com Maria de Jesus Barroso numa das suas estadas na prisão, em 1949. Foi um dos fundadores do PS, a 19 de abril de 1973, e seu Secretário-geral ao longo de 13 anos, até 1986. Mário Soares desempenhou os mais altos cargos no País, e a sua vida confunde-se com a própria história contemporânea portuguesa. Foi fundador e 1º líder do Partido Socialista após combater o Estado Novo, sendo considerado por muitos historiadores como umas das mais destacadas figuras do regime democrático português. Após a revolução do 25 de Abril, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros dos primeiros Governos Provisórios, esteve envolvido nos processos de reconhecimento da jovem democracia portuguesa e da descolonização das chamadas ex-províncias ultramarinas. Lutou, como poucos, contra a ditadura, foi preso, casou na prisão, teve de deixar o país, regressou depois do 25 de Abril para ser um pouco de tudo na política: Deputado, Ministro, Primeiro-ministro, Presidente da República e Eurodeputado. Mário Soares, o rosto maior da democracia portuguesa, faleceu com 92 anos, grande parte deles ao serviço de Portugal e dos portugueses. O homem que nunca se preocupou em ser consensual, deixou um legado histórico à sua medida. Mário Soares cruzou a 2ª metade do século 20, e com ela todas as grandes medidas históricas: o fim do colonialismo, a construção europeia, a queda do muro de Berlim, o fim da Guerra fria ou a Guerra do Iraque, e em todas Soares esteve do lado certo da história. Obrigado por tudo isso, e por ter lutado pela nossa Liberdade, por ter lutado por uma sociedade aberta, por uma verdadeira Democracia, por ter debatido, por ter discutido, por ter combatido, por ter acreditado, por ter cedido, por ter feito as pontes, por ter decidido. Obrigado pelas vezes que ganhou, mas também pelas vezes que perdeu, sem medo da derrota, sem se sentir derrotado. Obrigado por ter liderado em tempos difíceis, por ter batalhado pela nossa presença na Europa, pela nossa permanência nela, por ter presidido, liderado, representado, por ter batalhado pelas suas ideias, por nunca ter desistido até ao último dia da sua vida, por nos ter dado



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre este exemplo. A tudo, o Soares político sobrepôs-se ao Soares humano, sem nunca ter medo dos seus defeitos, sem nunca temer pelos seus excessos, e até nisso, Soares foi um homem como os homens são, com tantos defeitos quanto virtudes, foi isso que fez dele um grande líder. Em nome da bancada do Partido Socialista, aqui, digo em sua homenagem: Obrigado, Mário Soares. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação à primeira parte, e ainda em relação aos Escoteiros, queria dizer ao senhor Deputado Portelinha que eu não podia fazer outra coisa, mesmo juridicamente. Perante aquele relatório, eu não podia fazer outra coisa porque a Lei obrigava-me a fazer o que fiz. No entanto, não o fiz apenas porque a Lei me obriga, mas porque entendi que assim devia ser feito. Quanto ao Dr. Mário Soares, eu tinha uma ideia já há algum tempo e, aproveito a sua intervenção para a expor agora. Em relação ao Dr. Mário Soares, eu fui Ministro dele, fui seu opositor, e quando fui eleito pela 1ª vez, ele foi o número 1 da minha Comissão de Honra e, da 2ª vez, de igual forma, também foi o número 1 da minha Comissão de Honra. Os homens são assim, desentendem-se, entendem-se, mas respeitam-se. Numa próxima reunião da nossa Vereação, eu vou propor que façamos um busto ao Dr. Mário Soares numa rua com o nome dele, exatamente como fizemos, em boa hora, com o Dr. Francisco Sá Carneiro (também fui Ministro dele). Mário Soares viveu aqui, ele é sintrense, e por conseguinte, a minha ideia é propor em futura Reunião de Vereação que nós possamos dar uma rua do nosso concelho ao nome dele e, ao mesmo tempo, fazer um busto que, para sempre, recorde o grande homem e o grande político que foi o Dr. Mário Soares.----

--- O **Líder do CDU, Deputado Jacinto Higinio Domingos**, referiu. Esta Assembleia mereceu a pena! Para mim foi importante, porque fiquei a saber que o Partido Socialista apoia o senhor Presidente da Câmara. Devia de haver dúvidas? Eu nunca tive essa dúvida, mas ficou claramente esclarecido que o Partido Socialista apoia o senhor Presidente da Câmara, o que quer dizer que no seu seio pode haver algum problema, que eu não sabia.-----

--- Eu tinha uma intervenção estruturada sobre a questão dos Escoteiros, uma vez que me tinham chegado diversas informações, algumas truncadas, outras mais claras, e eu, nesta área, iria dizer só que eu penso que, para todos nós, os jovens são o futuro. Para mim, e penso que para todos, devem ser dadas todas as condições aos jovens para que possam crescer num ambiente saudável, de formação, de educação, de preparação do futuro, e tanto os Escoteiros com "o", como os Escuteiros com "u", qualquer deles fazem esse papel no seio da sociedade portuguesa. Eu diria que o conjunto das associações juvenis do nosso concelho, e do nosso país, são associações determinantes para que nós possamos, no futuro, ter uma melhor qualidade de vida. Eu tenho uma neta com 11 anos que, ontem, me surpreendeu quando me dizia assim: Avô, eu estou preocupada com esta juventude de agora, com o meu futuro. Ouviu dizer aquilo em qualquer lado. Mas eu penso exatamente o contrário, ou seja, para que nós não nos preocupemos com o nosso futuro é necessário darmos todos os apoios possíveis à organização dos Escoteiros. Portanto, a intervenção que eu tinha feito sobre os Escoteiros não faz sentido porque toda a sua história já foi aqui colocada, mas queria referir a minha estranheza, pelo menos para mim que conheço alguma coisa de construção civil, que tenha havido intervenções da Câmara neste espaço, em 2009 e 2013, e que nada disto tinha sido detetado e que, de um momento para o outro, essa situação seja levantada. São só umas datas que eu aqui deixo. Agora, cada um tenha o entendimento que quiser ter sobre esta matéria. Deixe-me dizer-lhe, senhor Presidente, que comungo da sua preocupação, porque não é possível permanecerem numas instalações que não tenham condições de



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

habitabilidade e que ponham em causa a segurança das pessoas, não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Mas há aqui outros processos pelo meio que, como eu os desconheço, não me vou debruçar sobre eles. Temos, de um lado, os Escoteiros, que acredito muito neles, e do outro lado, temos o senhor Presidente, por quem não tenho razões para duvidar. Mas há uma questão que eu penso devia ficar clara porque, hoje, o senhor é o Presidente da Câmara, amanhã poderá não o ser. A vida dá tantas voltas! Pode ser substituído, pode ir para Ministro, pode ir para Presidente da República, pode emigrar para o estrangeiro, podem acontecer mil e uma coisas. Neste sentido, eu penso que era relevante que fosse dada a garantia aos Escoteiros, por escrito, em como regressam àquela casa logo que a situação esteja terminada. Penso que isso era determinante, para além de todo o processo, não porque duvide do senhor Presidente, antes pelo contrário, mas porque o senhor Presidente está cá hoje, mas pode não estar amanhã. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Os Escoteiros têm um contrato que rege a sua permanência naquela casa. O contrato será respeitado integralmente, é isto o que lhe posso dizer. Agora, o senhor Deputado Jacinto Domingos disse, aqui, uma coisa em que tem razão, ao questionar como foi possível que nós, durante todo este tempo, não tivéssemos reparado na situação em que estava o edifício. Sinceramente, nunca acreditámos que estivesse assim porque, vista de fora, a casa não parece tão mal. Nós só tivemos essa noção quando o engenheiro entrou lá, observou e disse: isto está mal, muito mal. Em 2013, se calhar, não estaria tão mal. Desde 2004, não houve uma única vistoria. Reconheço que devia ter havido, mas nós não temos feito vistorias a nenhuma casa. Se nós quiséssemos correr com os Escoteiros, tínhamos feito logo a vistoria, não esperávamos 5 anos. Portanto, nós fizemo-la agora porque, efetivamente, tomamos conhecimento da situação em que ela estava. Porventura, devíamos tê-la feito antes, mas não fizemos aos Escoteiros, como não fizemos às IPSS, nem fizemos às várias entidades a quem damos terrenos e instalações. E não fizemos porque acreditamos que os próprios, quem está lá dentro, são quem melhor sabe como estão as coisas. E se veem que as coisas estão mal, a primeira coisa que têm a fazer é dizer à Câmara. Mas ninguém disse, e as crianças e os jovens permaneceram lá, na situação que está identificada neste relatório. Quanto ao resto, nós respeitamos escrupulosamente o contrato. -----

--- A **Deputada Marta Filipa Rosa Rodrigues, do PSD**, referiu: Gostaria de apresentar um especial cumprimento aos Escoteiros aqui presentes porque eu também sou Escoteira deste concelho, portanto sei muito bem daquilo que vou falar: Soubemos na última Reunião de Câmara, a 4 de dezembro, após a solicitação de esclarecimentos pelos vereadores do PSD, que o executivo pretende encontrar um novo local para a sede do Grupo 93 com a intenção de atribuir um novo destino ao edifício, e com a agravante deste Grupo de Escoteiros ter sido apanhado desprevenido com essa mesma intenção. Foi ainda dito nessa Reunião, pelo Presidente da Câmara, que o espaço tinha constituído uma forma de gestão danosa. Como todos sabem, ou deviam saber, Sintra é o concelho que mais jovens tem no país, e o Grupo 93 é a maior associação juvenil do concelho, independentemente de serem Escoteiros ou Escuteiros. Aqui, é preciso dar prioridade aos jovens e não aos edifícios públicos, tendo em consideração que, na sua Sede, o Grupo 93 recebe anualmente 600 Escoteiros. O Escotismo é um Movimento para todos, pois trabalhamos em prol da comunidade e servimos sempre a população, prontificamo-nos sempre a ajudar as Câmaras, tal como as Juntas de Freguesia, que sabem, desde sempre, que podem contar com a nossa ajuda, seja a fazer limpezas na serra de Sintra, a fazer plantações de árvores na serra de Sintra,



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entre outras iniciativas. Somos voluntários, formamos jovens em prol do seu futuro e, acima de tudo, como aqui já foi referido, ensinamos aos nossos jovens o que o nosso fundador, Baden Powell, nos legou como missão, isto é, que *devemos deixar o mundo sempre um bocadinho melhor do que encontramos*. Tenho a certeza que o Grupo 93 fez isso, desde o momento em que abriu a porta da sua Sede para ajudar aquelas crianças. Portanto, todo o dinheiro investido, todas as angariações de fundos para não deixar degradar aquele espaço, tenho a certeza e não duvido que fizeram de tudo. E mais uma vez digo, Sintra é dos sintrenses, e não do turismo. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para dizer à senhora Deputada que não é verdade o que disse aqui. E uma Escoteira não deve dizer coisas que não sejam verdade. Eu nunca disse que os Escoteiros deviam sair dali para dar um outro fim àquela casa. Disse que era gestão danosa, não no sentido penal do termo, mas no sentido de gestão, por terem feito o que foi feito, ou seja, pôr os Escoteiros naquele sítio quando tinham tantos outros sítios, e melhores. É mentira o que disse a senhora Deputada. Portanto, peço que tenha mais atenção nas afirmações que faz. -----

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Como sempre, a informação consta de um documento escrito que foi distribuído, razão pela qual apenas farei uma síntese deste documento. Mas, antes, gostaria de dar 4 informações que eu creio que podem ser úteis à nossa Assembleia Municipal. Em 1º lugar, vamos levar à Reunião de Câmara pública e, depois, assinar um protocolo com a *Parques de Sintra-Monte da Lua* para a Requalificação Urbana da Vila Histórica de Sintra, naquele que será um grande momento, um momento histórico! A *Parques de Sintra-Monte da Lua* tem 500 mil euros que serão transferidos para a Câmara, e nós temos, no REAVIVA, que hoje também vai ser aqui apreciado, uma verba orçamentada de 130 mil euros. É intenção da Câmara que a taxa de turismo que hoje está em discussão, o dinheiro que se vai apurar, seja também para a requalificação urbana. Neste caso, já não é apenas para a Vila histórica, mas para a requalificação de todas as ARU's do concelho. Vamos assinar este protocolo que para, além da requalificação, prevê iniciativas no âmbito cultural e no âmbito ambiental. Vai ser presente à Reunião de Câmara pública, e no fim da Presidência Aberta em Sintra, será assinado o protocolo, na Quinta do *Mont Fleuri*. Estão todos convidados porque é realmente um momento bastante importante. Queremos dizer que vai a ratificação o protocolo que foi assinado, hoje, com o Ministério da Saúde (esteve cá a senhora Ministra da Saúde) e com a ACE de Sintra, para o Centro de Saúde de Belas. Com o Centro de Saúde de Belas teremos o 6º centro de saúde feito pela Câmara em Sintra, dos quais, 4 estão em construção, o de Algueirão-Mem Martins já está adjudicado e, o de Belas, protocolado. Queria também dizer que foi assinado o protocolo com o Ministério da Administração Interna para dar 8 viaturas à PSP e 4 à GNR, ou seja, para que cada posto da PSP e da GNR tenha um veículo. Queria-vos dizer, também, que o visitante "1 Milhão" visitou a Regaleira, no dia 11 deste mês, e nesse dia foi anunciado que, a partir de janeiro, todos os munícipes de Sintra podem entrar gratuitamente na Quinta da Regaleira.-----

-- Em relação à Atividade do Município propriamente dita, tivemos o grande *Congresso da Economia 20-30*, já estamos a seguir todas as decisões que foram tomadas no Congresso, e ontem mesmo, tivemos

JA



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a 1ª reunião com o Instituto do Emprego e Formação Profissional para a nova política de emprego. Foi um Congresso que realmente marcou não apenas Sintra, mas com uma repercussão a nível nacional; Tivemos um incêndio grave na Serra de Sintra, como é sabido, mas o fogo não entrou dentro do nosso território, felizmente, mas entrou profundamente na Serra e isso, obviamente, deixou-nos consternados, tendo nós tido, aí, uma atitude de solidariedade para com o nosso vizinho de Cascais que teve um problema sério, e ainda tem um problema sério de requalificação daquela grande zona ardida; Aprovámos o nosso orçamento municipal de 205 milhões de euros. Lembrem-se do primeiro que nós aprovámos aqui? Um Orçamento de 150 milhões, em 2013, que até parece que foi ontem; Aprovámos a proposta de arquitetura para o novo Hospital de Sintra, e assim que a arquitetura estiver feita nós iremos divulgar o projeto por todo o concelho, para que toda a gente possa ver e dar a sua opinião; Voltámos a conquistar o 1º lugar do ranking em termos de Eficiência Financeira, muito de longe em relação a outros concelhos; Em relação ao Passe Único, ou Passe Intermodal, que é de uma importância enorme, uma verdadeira revolução dos transportes, com o Passe Intermodal de 40 euros, e o familiar, de 80 euros, a nossa Câmara é a que mais contribui, com 3,9 milhões este ano, e 4, 5 milhões para o ano; Tivemos de fazer 2 interdições, uma no acesso à Praia Grande, em boa hora, na medida em que interditámos na quinta-feira e, na sexta-feira, caiu um pedregulho que mataria toda a gente que estivesse a ver as pegadas dos dinossauros, foi realmente milagroso! Tivemos que interditar, também, uma estrada de uma pedreira, ao pé da Pedra Furada, que estava numa situação muito perigosa. Quando há perigo eminente, nós não corremos o risco porque as pessoas estarão sempre primeiro; O Festival de Sintra foi um grande êxito, e já estamos a preparar o próximo Festival com a realização, ontem, da primeira reunião com a Dr.ª Gabriela Canavilhas, no sentido do próximo Festival poder vir a ser um pouco diferente. Temos já previsto um encontro com a senhora Ministra da Cultura, aqui, e gostaríamos que o próximo Festival tivesse o apoio e a participação, quer do Ministério da Cultura, quer Fundação Gulbenkian; Lançámos um concurso da ciclovia Atlântica que é das ciclovias mais interessantes porque acompanha a costa; Fizemos uma edição do *Lisbon-Sintra Festival*, e também já estive hoje com o Paulo Branco a preparar o próximo festival, naquele que também foi um bom momento; Homenageámos 500 atletas, campeões, uma cerimónia muito bonita de apoio à juventude, porque temos realmente jovens campeões, e em várias modalidades; Inaugurámos a Praceta Sacadura Cabral, em Rio de Mouro; Quanto à sustentabilidade, demolimos uma vivenda na Praia das Maças (e eu falo nisto porque era uma vivenda que estava lá há dezenas de anos e diziam que nunca era demolida, mas teve de o ser porque estava ali a prejudicar a paisagem), e interditámos um prédio, em Sintra, que estava a ameaçar derrocada; Assinámos um protocolo com a Associação de Inovação e Tecnologia da Pedra Natural, tendo sido, em primeiro lugar, criada a Associação com o apoio da Câmara e, hoje, temos aqui um aspeto muito importante que é a compra da *Pardal Monteiro*, que já está ligada a esta Associação e ao protocolo que fizemos; Lançámos a discussão pública da ARU da Terrugem, que é uma ARU empresarial, e alargámos o âmbito desta área de redução urbana; Assinámos um contrato com as nossas Juntas de Freguesia, que tiveram uma solidariedade total com o Município ao assinar o contrato intermunicipal para a recolha dos "monos" que estão fora dos contentores, uma grande disponibilidade das nossas Freguesias, nunca é demais dizê-lo; A Câmara, a Parques de Sintra - Monte da Lua e unidades das nossas Forças Armadas, em parceria, assinámos um protocolo para a vigilância na Serra, de um enorme interesse e com um impacto muito grande; Lançámos, no domínio da segurança, a *Aldeia Segura-Pessoas Seguras*, primeiro em Almoçageme, e agora já lançámos uma segunda; Em relação à Solidariedade Social, comemorámos o *Mês do Migrante*, em Sintra, e fomos convidados, agora, para comemorar o *Mês do Migrante*, em



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Bruxelas, especificamente Sintra; O *Programa de Bolsas Sociais na Área da Infância – Creches*, recebeu 330 candidaturas; O projeto *Oficina do Idoso* garante o apoio gratuito ao domicílio a 303 munícipes com mais de 65 anos; Inaugurámos a *Horta Solidária* de Monte Abraão, a tão desejada pelo senhor Vereador Quinta Nova, durante estes últimos 4 anos; Em termos de Educação, estão terminadas as obras de reabilitação da Escola EB 2,3 Alberto Neto, com o Ministério a participar com 350 mil euros, tendo nós participado com 160 mil euros. A requalificação das escolas de Sintra está a avançar, com 8 milhões já gastos, e ainda vamos investir até 24 milhões, naquele que é um grande investimento; O Sabugo vai ter um Parque Intergeracional no próximo ano. Aprovámos o *Projeto Educativo Local*, um momento da maior importância para Sintra; Tomaram posse os membros do *Conselho Municipal de Educação*. Celebrámos um protocolo com a OCDE e com a Gulbenkian para o estudo das competências sociais e emocionais das escolas, um protocolo da maior importância, e que nos coloca na 1ª linha da modernidade, neste domínio, ao lado de Câmaras como a de Paris, Toronto e Moscovo, isto é, coloca Sintra no sítio certo onde deve estar, no 1º ranking das Câmaras, a nível mundial. Como eu digo, é muito importante sonhar desde que tenhamos os meios para realizar os sonhos; tivemos o reforço da imagem internacional, tendo debatido a estratégia de integração de migrantes, em Bruxelas, para o qual fomos convidados pelo Comité das Regiões; Fizemos, com o Irão, um grande encontro com oportunidades de negócio. Sintra foi uma das dez Câmaras da Europa convidada para intervir no debate do *Brexit*, em Bruxelas, tendo sido acompanhados nessa intervenção pelo nosso representante, Michel Barnier, que é o chefe da negociação da Europa, e da Ministra dos Negócios Estrangeiros inglesa - portanto, Sintra foi uma das 10 Câmaras convidadas, e é exatamente para isto, e por isto, que eu faço aquelas viagens de um dia ou dois; Em relação à Mobilidade, concluímos a empreitada de estabilização de mais um talude, este, na rua José Malhoa! Sabem quanto é que nós temos investido em reparação de taludes, desde o início do Mandato? Mais de 1 milhão de euros - e em grande parte, essas obras não deviam ter sido feitas por nós, mas sim pelos titulares do alvará de loteamento, mas não as fizeram. Procedemos à reabilitação da Avenida de Angola, em Casal de Cambra, recuperámos as vias rodoviárias em Algueirão-Mem Martins - a propósito de vias rodoviárias, desde o início do nosso mandato, e até 2019, sabem quanto é que já investimos em recuperação das vias rodoviárias? 14.7 milhões de euros, já contando com os 5 milhões que vamos investir em 2019, e mesmo assim, sendo um investimento muito grande, não chega porque o concelho é enorme -, reabilitámos a Avenida Fernão Mendes Pinto, em Agualva, requalificámos a Iluminação Pública na Estrada da Barota, em Belas, e reabilitámos as vias rodoviárias em Agualva. Muito sinteticamente, era isto que queria dizer, estando o detalhe na parte escrita que foi distribuída aos senhores Membros da Assembleia Municipal. -----

--- O Presidente da Junta da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, Deputado Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira, referiu: Eu gostaria, em primeiro lugar, de congratular-me pelas obras que foram realizadas e, em particular, dar destaque à intervenção feita na Avenida Fernão Mendes Pinto, que há muito era pedida. Queria também usar da palavra, e lamento que os Escoteiros já não estejam cá, para dar um pequeno apontamento e, desde já, manifestar um interesse específico, na medida em que toda a minha vida fui Escoteiro, desde *Lobito a Caminho*. Fui Escoteiro em Tomar, e enquanto tal atrevia-me a comentar este tema já muito falado dizendo que o que está verdadeiramente em causa é um conflito de gerações. Por um lado, estão jovens cheios de coração, muitas vezes sem nenhum conhecimento do perigo, que muitas vezes correm riscos desnecessários, como é habitual na Juventude; por outro lado, está o Município de Sintra que, e muito bem, tem de acautelar os riscos como só a



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL





SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabedoria da idade o faz. E é isto que está em causa, entre os jovens que por desconhecimento não medem o risco real para as suas vidas, e um executivo que de uma forma ponderada os deve garantir. Por isso, lamento muito ver um aproveitamento político de um tema destes, e um aproveitamento político que não assume o risco, que não tem a coragem de dizer "eu faria diferente, eu manteria pessoas em risco num edifício em ruínas", dizendo apenas que tem que haver uma casa nova. Claro que tem que haver uma casa nova. Os Escoteiros são os portugueses mais desenrascados que podem existir, sendo este um sinal da juventude e do Escotismo. Por isso, queria aplaudir a decisão ponderada do senhor Presidente, e digo-o também como Escoteiro, tendo toda a minha juventude sido marcada pelos Escoteiros, e como ex-Escoteiro que continuo a ser.-----

--- O Deputado **Maurício Veríssimo Rodrigues, do CDS-PP**, referiu: Há pouco, ouvi o senhor Presidente falar do dinheiro investido nas vias rodoviárias, que foi bastante, e ouvi também um Grupo Político dizer que este executivo só apostava no turismo. Eu não concordo, nem com uma coisa, nem com outra, isto porquê? Basta irmos ali ao parque de estacionamento dos autocarros de turismo, no Ramalhão, e o que vemos não dignifica Sintra. É mais um descampado com falta de iluminação, piso irregular, sem alcatrão, com roulottes. Gostava de saber o que é que pretendem fazer? Pretendem alcatroar aquilo? Marcar? Independentemente de ser nosso, ou não, a verdade é que é utilizado pelo turismo de Sintra, ou senão, tem que se arranjar um novo espaço, penso eu, para serem lá colocados os autocarros. Aquilo não dignifica nada Sintra! Já agora que estou aqui, gostava também de aproveitar, porque na última assembleia não o pude fazer por falta de tempo, porque este executivo e a bancada do Partido Socialista ficaram muito indignados quando eu falei naquele estudo elaborado na Plataforma Imovirtual, descredibilizando-o, dizendo que não tinha qualquer valor, não tinha um rigor científico. Tudo bem, mas eu pergunto, uma vez que aquela notícia foi publicada no *Diário de Notícias*, no *Expresso* no *Jornal Económico*, no *Sol*, no *Destak*, em vários sites, inclusivamente no *Sapo*, era importante tendo o direito de resposta e sendo o senhor Presidente da Câmara, e também os senhores Presidentes das Juntas, visados, se pensa utilizar o direito de resposta na comunicação social? Era só isto. -----

--- O Presidente da Câmara, **Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao parque do Ramalhão, nós comunicaremos a sua preocupação à Escola dos Bombeiros porque aquilo é deles. Em relação ao estacionamento dos autocarros teremos de ver como isso é feito e de que maneira é feito. Se, para arranjar aquilo, a Escola dos Bombeiros quiser uma cooperação de Sintra, não temos problema nenhum em cooperar com os Bombeiros, vamos tomar nota do que acabou de dizer e talvez sim, talvez seja útil melhorar aquele parque. Quanto ao problema do desmentido, eu acho que desmentir é dar ainda mais importância, e aquilo não tem importância nenhuma! Aquilo é uma imobiliária, que quer vender coisas nuns sítios e não quer noutros, e os jornais pegaram naquilo. Se nós fossemos desmentir tudo aquilo em que pegam, simplesmente, não vale a pena! Nós temos a consciência do que é, e do que podemos fazer, e o mais importante é o que estamos a fazer!-----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cambra, Deputado **Mário Pedro de Moura Lopes dos Santos**, referiu: Nesta minha intervenção na Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cambra, cargo que ocupo com grande honra e satisfação, permitam-me, em primeiro lugar, felicitar o Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta, pela total dedicação e empenho no desenvolvimento do concelho de Sintra. Sintra é,



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hoje, um concelho melhor do que era num passado não muito longínquo.-----
-- Em segundo lugar, não poderia deixar de dar uma palavra de apreço a todos os Vereadores da Câmara Municipal pela sempre disponibilidade, presença e assumo de competências. A Economia, o Turismo, a Cultura, o Desporto, o Ambiente e as Políticas Sociais são áreas em desenvolvimento constante por esta autarquia, sempre na procura da melhoria da qualidade de vida de todos os Sintrenses. Melhorar a qualidade de vida passa por proporcionar às pessoas condições de vida condignas, passa por dar às crianças e aos jovens perspetivas de futuro no seu território, passa por estar atento aos problemas dos mais idosos, passa por garantir uma justiça social, passa por termos um sistema judicial cuja credibilidade é essencial num Estado de Direito, passa por termos um acesso condigno à Saúde, passa por termos as escolas com boas condições de ensino, passa pela requalificação do espaço público, passa por melhorar as condições dos transportes, passa por termos um sistema de segurança em que as nossas polícias tenham condições para assegurar a segurança de todos nós. O futuro Hospital de Sintra, a construção dos novos Centros de Saúde, o *Eixo Verde e Azul*, as obras de requalificação urbana, a requalificação das escolas, a criação de novos parques urbanos, o passe social único, a melhoria das condições de recolha de lixo, a aposta no reforço da segurança pública, o *Congresso da Solidariedade*, o *Congresso de Sintra Economia 20-30*, o *Projeto Educativo Local* são alguns motivos de grande orgulho de todos nós e demonstra o caminho que está a ser percorrido diariamente na melhoria da qualidade de vida de todos e de todas. É a esta a Câmara Municipal de que me orgulho pertencer, a uma equipa experiente, unida, interventiva, combativa, confiante e com provas dadas. É incontroverso que temos hoje um Concelho muitíssimo melhor do que aquele que se viveu anteriormente.-----

--- O Deputado Rui Miguel Magalhães Castelhana, do PSD, referiu: Eu gostava de fazer aqui uma intervenção ligada a questões de âmbito ambiental e de sustentabilidade energética, no concelho de Sintra. Vi com agrado que a Câmara organizou, há poucos dias ou há poucas semanas, uma conferência no âmbito da Economia circular. É algo que eu vejo com manifesto agrado, tendo em conta até que eu, no âmbito da Comissão de Ambiente desta Assembleia Municipal, já tinha questionado a Câmara e os SMAS sobre o que é que estava a ser feito, ou o que é que estava a ser pensado fazer, no âmbito da Economia circular, e não tive resposta. Noto que, embora um bocado tarde, a Câmara acordou para esta questão extremamente importante. A Economia circular leva-nos também, com uma ligação direta, à questão da descarbonização da economia sintrense, e pensando em descarbonização da economia sintrense temos que, obviamente, pensar no Pacto dos Autarcas, assinado em 2016 pela Câmara Municipal de Sintra. Neste âmbito, e perdoem-me o aparte, como sabem, o senhor Presidente da Câmara, e bem, entregou a execução e liderança do Pacto dos Autarcas à Vereadora Paula Neves, pelo que, e numa altura em que, há poucos dias atrás, passa o 1º aniversário do falecimento da Vereadora Paula Neves, obviamente, isto era algo que eu gostava de assinalar, hoje e aqui. Voltando à questão do Pacto, passados que foram dois anos, era altura de ser apresentado o relatório de execução; e eu lembro-me que, de dois em dois anos, era obrigatória a apresentação de um relatório de execução. Estamos a acabar o ano de 2018 e, que eu saiba, não foi apresentado nenhum relatório de execução. Por conseguinte, a primeira questão que coloco é se existe esse relatório de execução? Se existe, pode ser disponibilizado aos Deputados da Assembleia Municipal, e se não existe, porque é que não existe tendo em conta que devia existir? O que é que está a ser feito? Havia um plano de ação para a energia sustentável que previa 1001 coisas que deviam ser feitas, todas elas com grande impacto no futuro do concelho de Sintra. Assim, o que é que está a ser feito? Estamos a cumprir os prazos, ou não? Estamos

JA



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a cumprir os objetivos, ou não? Energeticamente, o concelho de Sintra está a ficar mais sustentável, ou não? Vamos conseguir cumprir o objetivo de diminuir em 20% as emissões de CO2, até 2020, ou não? Vai ser fácil? Vai ser difícil? Eu relembro, por exemplo, que o plano de ação para a energia sustentável previa a implementação de um Observatório Local de Sustentabilidade. Foi implementado, ou não? O Plano de Ação para a Energia Sustentável previa a implementação de uma plataforma Web e de uma infografia Web. Estão a ser feitas, ou não? Era importante sabermos isto! O Plano de Ação para a Energia Sustentável, em Sintra, previa a execução de um Roteiro para a Sustentabilidade Energética. Está feito? Foram apenas três exemplos num amplo conjunto de ações previstas, e acho que era extremamente importante termos um ponto de situação sobre este compromisso que o Município de Sintra assinou. ---

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Nós criámos, pela primeira vez, uma Divisão de Sustentabilidade Ambiental e Energia. Nomeámos para essa Divisão um colega do seu partido, o Arqt.º Pedro Flores, uma pessoa de grande competência, e que, ao tempo, era adjunto da senhora Vereadora Paula Neves. Porque não lhe pergunta? Ele faz-lhe um relatório do muito que tem sido feito, mas não é necessário que a Assembleia Municipal siga a par a passo o que tem sido feito. Pergunta-nos sobre os compromissos! Sim, assumimos os compromissos: A descarbonização de 20%, estamos em 30%; O investimento em energia nas escolas – 4,5 milhões; LED nas Iluminações; Estamos a programar a mobilidade. Temos um plano em relação às obrigações que iremos fazer até 2021, que o Sr. Arqtº Pedro Flores lhe explicará em detalhe. Foi uma pena não ter estado na Conferência sobre a Economia circular, não o vi lá, porque foi muito interessante. Já agora, nós fizemos a Conferência aqui, na Câmara de Sintra, porque somos *Champion Mayors*, o que quer dizer que somos signatários da Declaração de Nova Iorque, no sentido de fazermos uma política de crescimento inclusivo. Estamos a fazê-la! É isso, um crescimento inclusivo, o que têm promovido o senhor Vereador Quinta Nova e o senhor Vice-presidente Rui Pereira, ou seja, avaliam os investimentos mais em função dos direitos sociais, que garantem e criam, do que em função do lucro. A Economia circular é um braço do crescimento inclusivo, e a verdade é que muito se poupa com a reutilização de materiais. Para lhe dar uma ideia, em 2015, foram colocadas 60 mil milhões de toneladas de matérias-primas na economia e, em 2019, cresce para 80 mil milhões de toneladas. Se 95% dos telemóveis fossem reciclados, no mundo, poupavam-se mais de mil milhões de euros. Nós temos consciência disso e estamos a fazê-lo, por exemplo, em relação à utilização de plásticos que vamos banir até 2020, nomeadamente, os copos que passarão a ser de papel como estes que já temos aqui. O que fizemos em relação à desmaterialização, por exemplo, no licenciamento, onde milhões de folhas de papel foram poupados, e mesmo assim ainda não estamos contentes, por exemplo, devido à utilização de papel em todas as citações da Polícia Municipal, e temos de ir mais longe. Nós não temos outro setor onde estejamos a trabalhar tanto e tão avançado como no setor do Ambiente. Para mais detalhes, fale com o Arqt.º Pedro Flores, e ele explicar-lhe-á melhor do que eu. Se, depois, vir que há ainda mais alguma coisa a fazer diga-nos que eu tenho gosto em melhorar os serviços. -----

--- Há uma coisa que disse que eu quero registar, e que tem a ver com a senhora Vereadora Paula Neves. A Paula Neves foi uma grande Vereadora, uma grande Senhora, e eu tenho o maior respeito pela pessoa e pela sua memória. Quero ainda dizer que o *Covenant of Mayors* foi obra dela e que tudo o que se começou a fazer foi impulsionado por ela. Foi uma grande Vereadora e tem uma obra muito marcante, nomeadamente na Câmara de Sintra. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



--- O **Deputado Francisco Pinho Duarte do PSD**, referiu: Senhor Presidente, várias vezes o ouvi dizer aqui, em sede da Assembleia Municipal, que Sintra é o concelho com mais jovens do país, e por isso, o executivo da Câmara tem como um dos seus objetivos, relativo a este tema, o criar de condições para que os nossos jovens permaneçam no concelho após o termo da escolaridade obrigatória, ou seja, criar condições de trabalho, criar condições da habitação, criar condições para que os jovens possam estar no concelho. No entanto, passou um ano desde que este executivo tomou posse e não vejo melhorias nesse sentido. Depois de analisar o relatório da Atividade Municipal referente a setembro, outubro e novembro, e de analisar também o relatório financeiro municipal, podemos verificar o seguinte: Orçamento para a Juventude, em 2017: 1.400.000,00 - executado 123.000,00, a que corresponde uma taxa de execução de cerca de 9%; Orçamento para a Juventude, em 2018: 1.800.000,00 - Executado 366.000,00, a que corresponde uma taxa de execução de 20%; Orçamento para a Juventude, em 2019: 1.400.000,00. O que reparamos aqui, para 2019, é que existe um desinvestimento na área da Juventude de cerca de menos 400.000,00 euros, para além das fracas taxas de execução, em 2017 e 2018, e de este orçamento para a Juventude, para 2019, representar apenas 0,69% do Orçamento da Câmara. Mais, além de só representar 0,69% do orçamento para 2019, verificámos que a maior parte desse orçamento está alocado à Pousada da Juventude. Como já referimos noutras situações, não queremos dizer, de maneira alguma, que a Pousada da Juventude não é importante, claro que é! Mas, para os jovens do nosso concelho, que impacto é que isso tem? Senhor Presidente, no que diz respeito à Juventude, queremos deixar duas questões: que medidas concretas é que a Câmara irá efetuar para a Juventude, em 2019, de forma a criar condições aos nossos jovens para se manterem no nosso concelho? E, relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, sei que já foi pedido a quem de direito para informar a Câmara sobre quem serão os representantes. No entanto, o Conselho Municipal de Juventude continua sem reunir. Gostaria de saber em que ponto é que estamos e quando se prevê a realização da primeira reunião do Conselho Municipal da Juventude? Desejando nós, e todos os membros, que não demore mais um ano para a sua realização. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O orçamento da Juventude não é aquele que acaba de dizer. O orçamento da Juventude é transversal, e quando nós apoiamos o Arrendamento Jovem, é apoiar a Juventude; quando nós fazemos o que fazemos em relação ao desporto, é apoiar a Juventude; quando nós fazemos tudo aquilo que tem a ver com os jovens é apoiar a Juventude. O quer dizer que, aquilo que está ali, é apenas para o funcionamento do serviço, e mesmo esse, compare por favor com o anterior e veja crescimentos de cem por cento, e cento e tal por cento, mesmo no executado. Portanto, aquilo é apenas, e só, para o funcionamento dos Serviços, razão pela qual está lá a Pousada da Juventude, o que, aliás, era uma reivindicação vossa, se bem me recordo. Por conseguinte, o resto está espalhado e está atuante. Diga-me uma coisa, quantas casas é que foram postas para arrendamento até nós chegarmos, quantas? Zero. Qual era o desemprego jovem quando a gente chegou? Temos o desemprego jovem mais baixo do país, isso não lhe diz nada? Temos 3,7% de desemprego jovem, isso não é importante? Não é importante realçar isso? Claro que é importante, e tudo aquilo que mais se pode vir a fazer. Agora, se há mais coisas que ache que devem ser feitas, diga, ajude-nos a fazer melhor. Nós temos o maior interesse, a juventude não é só o futuro, é o presente, e nós gostamos de olhar para a juventude no presente, como as pessoas estão, com as necessidades que têm, mesmo em termos de política de emprego, ou em termos de investimento. Repare, em termos de investimento, por exemplo, quantos jovens estão na nossa Startup, e com projetos? Hoje, no concelho



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Sintra, nenhum jovem que tenha um projeto fica sozinho, pode não ser aprovado, não estamos a dizer que aprovamos todos, mas vai à Startup, é estudado, e quantos jovens ficaram lá e conseguem trabalhar. E isso não é apoiar a juventude? Agora se me pergunta se estamos a fazer tudo, não, nunca se faz tudo em matérias tão importantes como a Juventude, nunca está completo, podemos sempre fazer mais coisas. Por isso lhe digo, ajude-nos a fazer melhor. Nós estamos disponíveis para ouvir. -----

--- A **Deputada Maria Helena Correia Pissarro Cardoso, do PS** referiu: Após analisar o relatório da Atividade Municipal, foi um pouco difícil arranjar apenas um tema, para poder vir a esta Assembleia Municipal explaná-lo sucintamente, mas escolhi a Educação. A Educação, que também é Juventude, é apostar nos nossos jovens. Qual não é o nosso orgulho quando constatamos termos as obras terminadas na Escola Padre Alberto Neto, uma situação em que a própria Câmara se sobrepôs àquilo que são as suas funções, uma competência do Ministério da Educação, em que a Câmara Municipal foi lá e fez as obras. O polidesportivo está recuperado, o refeitório está recuperado, e certamente que temos 930 alunos, mais motivados e com uma maior capacidade de trabalho. Dar nota das outras escolas que estão prestes a ser concluídas, desde Massamá, Rio de Mouro, Mem Martins, Agualva e Mira Sintra, num investimento de um milhão e novecentos mil euros, obras estas que estão prestes a terminar. A Educação uma vez mais, senhores Deputados, com o protocolo de descentralização que a Câmara assinou com as Juntas de Freguesia para as pequenas reparações nas escolas, um verdadeiro protocolo de proximidade. Dizer-lhe, senhor Presidente, que as Juntas que estão perto das escolas, resolvem rapidamente as questões e, na parte do trabalho desenvolvido na Junta de Freguesia onde eu desempenho funções, está a correr muitíssimo bem, e certamente que nas outras Juntas também está. As Juntas de Freguesia são capazes, e somos capazes desta competência, como o somos na recolha de monos, e muitas mais, porque não só somos capazes como somos competentes. -----

-- Senhor Presidente, uma vez mais a Educação, agora, com o Plano Local de Educação, um grande passo que a Câmara Municipal deu nesta área, um projeto inovador, um documento estratégico, que assenta em pilares e em eixos que trarão o sucesso escolar para o nosso concelho. Não menos importante, e de acordo com aquilo que vem sendo as atualizações do sistema educativo e a realidade do século 21, este executivo, consciente de que existem alterações no sistema educativo, em bom tempo assinou um protocolo com a OCDE, em parceria com o Ministério da Educação e com a Fundação Calouste Gulbenkian, um estudo dedicado aos jovens entre os 10 e os 16 anos. Não deixando ninguém de fora, abrangendo o ensino público e o ensino privado, estudando as competências emocionais e sociais. Estou certa de que os jovens do nosso concelho terão ferramentas, e um dia serão um ser adulto muito melhor. Bem-haja pelo trabalho desenvolvido, por si e pelo executivo. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em 2019, o investimento que vamos realizar nas escolas da nossa responsabilidade será de cerca de oito milhões de euros. Mas também estamos a pensar nas escolas que são da responsabilidade do Estado. O Vereador Rui Pereira, agora mesmo, disse-me que já teve um contacto com a senhora Secretária de Estado por forma a fazer intervenções em três condições prioritárias, às quais eu já me tinha referido em anterior Sessão da nossa Assembleia, nomeadamente e em primeiro, quando há infiltrações, em segundo quando as cozinhas não tenham condições de higiene, e em terceiro, quando haja gimnodesportivos fechados. São três coisas com as quais a Câmara não convive, ainda que não seja da nossa responsabilidade direta, é do Estado. Isto também é apoiar a Juventude, e ao mais alto nível, com



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escolas que apresentem carências desta natureza. Portanto, temos de intervir, de preferência, com a Alexandra Leitão. Por fim, é de toda a justiça dizer duas coisas: primeiro, as obras que estão a ser feitas, da responsabilidade do Vereador Domingos Quintas, resultam de um notabilíssimo trabalho que o senhor Vereador e a sua equipa têm vindo a fazer; e a segunda, que tem a ver com o conteúdo da Educação e com tudo o que tem a ver com o Plano Local da Educação, é da responsabilidade do Vereador Rui Pereira que tem feito um notabilíssimo trabalho nesta matéria. Portanto, dois Vereadores a quem a Câmara tem, com certeza, de registar o excecional trabalho que têm feito no setor da Educação.-----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Na discussão do Orçamento e na discussão do Estado do Município já fizemos uma abordagem a um conjunto de situações, pelo que não irei repeti-las agora. No entanto, trouxe aqui algumas questões, que este relatório não me responde ou que não me dá respostas, e gostaria de ouvir respostas um bocadinho mais elaboradas. A primeira tem a ver com um conjunto de edifícios devolutos do Estado, que há no concelho de Sintra, entre os quais, dois exemplos, aqui bem perto. Um, o do edifício do antigo dispensário, no vale do rio do Porto, que está emparedado, continuando a representar uma situação muito embaraçante para o Concelho de Sintra, o que é uma pena que um recurso do Estado daquela natureza esteja naquela situação, pelo que lhe pergunto, senhor Presidente, se há algum desenvolvimento sobre aquele edifício? O outro exemplo, um prédio na Quinta do Mirante, pertença do IRU, que está, também, devoluto e em estado de degradação, apresentando amianto na sua cobertura, amianto esse que se estará a libertar, cujos moradores estão preocupados com este edifício. Pelo que soube, o IRU não responde aos moradores sobre esta situação, pelo que pergunto, senhor Presidente, se tem alguma informação? De forma mais genérica, se há alguma listagem desses edifícios devolutos do Estado, pelo Concelho? E se existe algum plano para se propor ao Estado para que aqueles edifícios possam reverter ao Município, por forma a que se possa dar utilização digna e, sobretudo, mais útil para a comunidade? -----

--- A segunda questão tem a ver com a demolição que, com pompa, anunciou na Praia das Maças, e ainda bem que vai ser feita, mas a pergunta é sobre se há mais alguma em plano? O que não falta neste Concelho são edifícios construídos em zonas muito pouco recomendáveis, e ultrapassando várias leis, a merecerem esse mesmo destino. Até há uma muito famosa ali, em Colares, e sabemos do que estamos a falar, portanto, há ou não há mais demolições em plano? -----

--- A terceira questão, se há novidade sobre a hasta pública dos lotes da Agualva do programa Polis? Não voltamos a ouvir falar, não detetei qualquer informação sobre isso no Relatório, se calhar, escapou-me, mas gostaria de saber se há novidades? Se houve hasta pública? Se há, ou não, interessados? Em que ponto é que estamos? -----

--- A quarta questão tem a ver com a degradação dos serviços públicos da CP, assunto que já por diversas vezes aqui foi levantado, e por várias forças partidárias. O senhor Presidente da Câmara já deu conta do seu esforço e da sua preocupação com o problema, e a pergunta que faço, considerando que não houve melhorias no último trimestre, é se há alguma novidade em relação aos serviços da CP, nomeadamente sobre uma solução para a degradação dos serviços, para a supressão de comboios, para os comboios sobrelotados? E por aí fora. -----

--- Por último, senhor Presidente, o senhor Deputado Rui Castelhana fez aqui um conjunto de questões sobre Ambiente, sobre a descarbonização do Município e sobre o cumprimento de objetivos traçados em Plano, mas o senhor Presidente deu-lhe uma resposta que eu considere, pelo menos, curiosa, que foi: "vá falar com o Pedro Flores". O Pedro Flores não é do meu Partido, eu não me importo de falar com ele,



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falarei com ele em sede de Comissão, se a Comissão assim o entender, mas, de facto, senhor Presidente, na nossa atividade de fiscalização da Atividade Camarária, a resposta "vá falar com Pedro Flores" é um bocadinho ao lado. Portanto, retomando um pouco as questões colocadas anteriormente, como é que estamos com o plano descarbonização? Como é que estamos em termos de cumprimento de metas e objetivos traçados? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Há, realmente, uma lista, nós sabemos quais são. Em princípio, com a descentralização, e embora haja uma norma que ainda não está em vigor, mas quando estiver em vigor, será automático, ou seja, os edifícios devolutos do Estado que não estejam a ser utilizados passarão para as autarquias, desde que as autarquias lhes deem destino e se responsabilizem pelas obras. Temos que ver caso a caso se estamos interessados, ou não. Em relação ao Dispensário, aí, estávamos muito interessados, até para requalificar toda aquela zona que está em situação muito má. Já pedimos ao Ministério da Saúde, que estava perfeitamente disponível para passar o Dispensário para nós, só que há um pequeno problema, é que o Dispensário foi dado numa doação que obriga a que imóvel não possa ser para outro fim, que não para a Saúde, para a luta antituberculosa. Portanto, temos aqui um problema, porque se nós vamos ficar com aquilo, e tendo em consideração que já não há muita necessidade de fazer a luta antituberculosa, quando muito, eventualmente, outro âmbito da Saúde, mas corremos o risco de os proprietários pedirem a reversão. Portanto, este é um problema que temos, mas vamos ver como é que o resolvemos. Acho que o Ministério da Saúde devia falar com os proprietários, nós também, para ver se eles abdicavam dessa cláusula, e se abdicassem, tínhamos muito interesse em ficar com aquele edifício, mas para o deitar abaixo, porque aquela zona está necessitada de um espaço importante. Quanto ao edifício, este não tem qualquer valor arquitetónico e está muito degradado. -----

--- Quanto ao problema do Mirante, realmente, aí, nós não podemos intervir, aí é realmente o IRU. Mas representa um problema, realmente tem razão, mas nós estamos a segui-lo. -----

--- Quanto à demolição da Praia das Maças, essa estava ali há muito tempo, estava ilegal, e tem razão numa coisa que diz, há outras ilegalidades que devem ser objeto do mesmo tratamento. Eu tenho dito que me indigno muito, mas muito, que uma pessoa que fecha uma varanda tem um problema com a polícia, e tem de demolir a varanda, enquanto uma pessoa que faz um prédio no Centro Histórico, acrescenta-lhe dois andares, e está ali há anos sem que nada tivesse sido feito, isso tem toda a razão. O problema é jurídico, com bons advogados que põe ações! O que acontece é que todos esses aspetos estão a ser monitorizados, e na altura própria, pode ter a certeza de uma coisa, senhor Deputado André Beja, na altura própria, quando transitar em julgado, eventualmente, o que está já em curso, nós não perderemos muito tempo, irá ser demolido o que está ilegalmente feito, isso posso garantir, e seja de quem for, esteja onde estiver. Já demos provas disso. Portanto, isso que fique claro, porque, aí, nós temos um princípio que é o princípio da Igualdade, e também em Sintra, todos os homens nascem iguais em direitos, e nós levamos muito a sério esse princípio. Connosco, as únicas pessoas que têm maior igualdade são aquelas que mais precisam de nós, essas sim, são diferentes, agora, todas as demais beneficiam do princípio da Igualdade, seja o munícipe que tem a varanda, e que tem que a demolir, ou o homem que fez o que fez, e nas condições em que o fez. A quantidade de embargos que estamos a fazer, semanalmente, não é popular, mas temos de o fazer, e não temos quaisquer dúvidas sobre essa matéria. -----

-- Em relação há hasta pública, ainda não há novidade porque não há hasta pública marcada, mas está



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

calendarizada, neste momento não me recordo, mas podemos dar-lhe informação no calendário das hastas públicas.-----

-- Em relação à CP, nós temos exercido influência junto do Ministro. Vai haver uma nova concessão, penso que por 15 anos, e espera-se que a nova concessão seja acompanhada de novo equipamento. porque, com o Passe Único, o Passe Intermodal único, vamos um aumento da procura, o que significa ter de haver investimento no equipamento. O Carlos Humberto diz que, no dia 1 de abril, não pode ser tudo feito, e é verdade, nós não podemos pôr em vigor o Passe Intermodal nesse dia e fazer tudo. Agora, é um objetivo que tem que ser feito, e quando nós pagamos 4,5 milhões é, também, para isso, ou melhor, é para três coisas: é para o Passe, é para o equipamento e é para um fundo que possa equilibrar eventuais alterações de mercado. É para estas 3 coisas que nós pagamos 4,5 milhões de euros a mais por ano, e neste ano, só para começarmos, já 3,9 milhões de euros. -----

-- Quanto ao problema do Ambiente, quando eu disse para falar com o Pedro Flores foi com amizade e estima para com o Rui Castelhana. É óbvio que, se fosse por mal, nunca diria isso, mas como sei que é muito amigo do Pedro Flores, até porque este era assessor da Vereador Paula Neves, eu disse isto com amizade, foi para descartar a responsabilidade. Tudo o que o Pedro Flores faz de bem, é ele que faz, tudo aquilo que falta, sou eu que sou responsável, não tenha dúvidas sobre isso. Agora, que temos feito muito, temos! Nem sequer havia uma Divisão do Ambiente. A Vereadora Paula Neves começou a dar os primeiros passos, o Plano foi feito, está a ser cumprido e ultrapassado. Agora, o Ambiente é matéria transversal e, por isso, está a ser feito.-----

--- A **Deputada Inês Alexandra Baeta de Abreu Vivaldo do CDS-PP** referiu: Senhor Presidente, venho aqui apenas levantar a mesma questão que, provavelmente por esquecimento, acabou por não responder ao senhor Deputado Francisco Duarte, e eu queria saber para quando é que está marcada a 1ª reunião do Conselho Municipal da Juventude?-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhora Deputada, de certeza que no princípio do próximo ano terá uma reunião. Tal como vós, nós temos todo o interesse em tê-la. Aliás, a primeira que houve foi interessantíssima. Portanto, estamos a prepará-la, e penso que logo no começo de 2019 vamos ter a reunião, de certeza absoluta.-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higinio Domingos**, referiu: Eu procurei, hoje, trazer uma intervenção que apenas se restringisse ao âmbito da Atividade Municipal, e de acordo com os documentos que aqui estão, isto porque eu tenho boa memória e não me esquece que o senhor Presidente ficou profundamente incomodado, ou diria, zangado, quando fiz algumas perguntas que não estavam aqui vertidas. Como eu tenho muita estima pelo senhor Presidente, não o querendo ver zangado, nem chateado, é isso que vou procurar fazê-lo aqui. É evidente que também não terei tempo para fazer a intervenção de que eu gostaria, mas conto com a boa vontade e o bom espírito natalício do senhor Presidente da Assembleia, na sua imensa bondade, para me permitir fazê-lo. Senhor Presidente, no âmbito do Congresso de Economia, eu li com cuidado o que está aqui vertido nos documentos que saíram desse Congresso, e queria, de uma forma fácil e rápida, porque haverá muitas coisas interessantes para dizer, que, quando o quando V.exa. fala sobre Mobilidade Sustentável, no seu relatório, é importante não ficarmos por aquilo que são os meios de transporte, ou outras atividades que tenham a ver com esta mobilidade, mas preocuparmo-nos também com as estruturas de apoio à



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...

SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mobibilidade, ou seja, a preocupação com o bem-estar das pessoas nos abrigos, nas estações. Não podia, nem devia deixar de referir a necessidade da nossa autarquia se envolver na requalificação da estação de Algueirão-Mem Martins. E quando estou a dizer "envolver", não estou a falar no envolvimento financeiro, estou a referir-me a envolver-se na pressão para que a CP proceda às melhorias necessárias, dando voz, também, a tantos utentes que têm vindo a queixar-se. A estação de Algueirão é das poucas que não foi requalificada nos últimos anos e, portanto, deixava aqui esta sugestão, esta nota. -----

--- Outra questão que eu queria levantar, e estou a referir-me ao incêndio da Serra de Sintra, sobre o qual, V.exa. fala no relatório inicial, pelo que peço desculpa se, aqui, eu me emocionar um pouco, (e quero dizê-lo, porque vivi isto muito perto), eu diria que o incêndio na Serra de Sintra demonstrou a capacidade de empenhamento dos nossos bombeiros. E, aqui, não nos podemos esquecer dos Órgãos de administração, Direções, obras sociais das associações, porque estas pessoas que não combatem os fogos, que não fazem socorro, mas estão na retaguarda, no quartel, no apoio logístico, para que nada falte aos operacionais. O fogo de Sintra demonstrou, uma vez mais, que o envolvimento financeiro da Câmara não é um gasto, antes, um investimento. Os bombeiros de Sintra, e toda a estrutura dos mesmos, demonstraram a sua capacidade, o seu empenho e o seu profissionalismo. São voluntários no seu registo, mas profissionais, e dos melhores, quando são chamados a socorrer pessoas e bens. Senhor Presidente da Câmara, não estive no combate ao fogo, mas estive no quartel, no apoio logístico, e quero dizer-lhe que me senti orgulhoso, sensibilizado e com o ego muito em cima quando, após o alerta de chamada, os bombeiros começaram a chegar ao Quartel, a correr, e a gritar uns para os outros: "nós não vamos deixar arder a Serra". Resultado final, uma grande operação, não tendo visto nenhum bombeiro a queixar-se do esforço, nem vi os feridos a queixarem-se, antes pelo contrário, vi-os a chegar, cansados, mas felizes pelo dever cumprido. Deixar aqui uma nota, dizendo que se tratou de um fogo complexo, com 10 bombeiros feridos, tendo falado com alguns, mas nenhum deles se queixou de ter sido ferido, antes pelo contrário, todos eles demonstraram a total disponibilidade para, caso qualquer coisa acontecesse, estarem presentes. Foi uma lição muito importante. A nossa Serra não ardeu por força dos nossos bombeiros, embora beneficiando das condições atmosféricas, mas quero dizer-lhe que, com aqueles que eu falei e assisti à saída dos carros, a uma determinada altura sobravam-nos bombeiros por falta de lugares para os colocar nas viaturas, sem prejuízo de eles se terem mantido sempre disponíveis para uma sua eventual intervenção. Por isso, não percebo como os bombeiros podem ser tão maltratados, tão mal financiados pelo Governo central! Bem-haja os bombeiros portugueses. Como é por de mais evidente, senhor Presidente, esta crítica não se aplica a V.exa., mas não posso esquecer-me daquilo que se está a passar, ou seja, se corre bem, é por mérito da Autoridade Nacional de Proteção Civil, se corre mal, os culpados são os bombeiros. -----

--- Excelentíssimo Presidente, até 2021, a Câmara prevê gastar 28 milhões de euros na beneficiação do parque escolar da sua responsabilidade, e mais 7 milhões nas escolas da responsabilidade do Estado central. Nós consideramos este valor insuficiente uma vez que a estimativa das necessidades é qualquer coisa como 90 milhões, e não percebemos como é que vamos investir 7 milhões nas escolas do Estado, sendo necessários muitos, muitos milhões, face às muitas, muitas necessidades para investir no nosso parque escolar. -----

--- Sobre o chamado Hospital, não vamos fazer qualquer referência, pois é sobejamente conhecida a nossa opinião. -----

--- O Passe Único, já em 2019. Esta é uma iniciativa que apoiámos, que vai ao encontro dos interesses das populações, e que sempre viemos a defender em fóruns próprios, e com propostas concretas.



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, é uma medida em que nós nos envolvemos e que apoiamos. -----

--- O risco de derrocada leva a evacuação de prédio em Sintra! Diz, vossa Excelência, que "tomei a decisão de retirar pessoas com base no relatório da proteção civil municipal. Quando está em causa a segurança das pessoas, nós não podemos hesitar". Eu estou de acordo consigo, portanto, essa não é uma questão que eu conteste. E sem contestar a decisão tomada, no entanto, fica uma pergunta que o Senhor Presidente com certeza esclarecerá, até porque não conheço a situação em concreto: como é que foi o realojamento das pessoas? Não sei se foram, ou não, realojadas, porque, como disse, não tenho conhecimento dessa matéria. Que iniciativas foram tomadas pela Câmara, no sentido de realizar obras no referido imóvel? Não sei se pode, ou não pode, porque aqui não explica nada disso, nem tinha que explicar, mas eu faço esta pergunta. Outra questão, como é que a Câmara consegue garantir que as pessoas regressem às suas habitações? Também não se esclarece, se calhar não tinha que esclarecer, pelo que questiono se os desalojados são inquilinos ou proprietários? Há, aqui, um conjunto de perguntas que, enfim, poderá não ser da sua responsabilidade, senhor Presidente, mas que gostaríamos que fossem esclarecidas para que nós possamos, enfim, ter o mesmo grau de informação. Uma nota final que eu queria aqui deixar, agora que nos aproximamos da época de Natal e de Ano Novo, expressasse no meu bem vos desejar um Santo Natal, para os que são cristãos, ou um Feliz Natal para todas as outras pessoas que, não sendo crentes, passem um bom dia com a família, e com tudo o que acharem melhor. Para o ano de 2019, desejo a V. exas. um bom futuro, no qual, tudo o que queiram se realize, à exceção num ponto, e peço-vos desculpa, que tudo se realize à exceção da área política, porque as próximas eleições, eu reservo e desejo que seja o meu partido, a minha coligação a ter o melhor resultado, em prejuízo do vosso, como é claro. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Antes de mais, na parte que me toca, muito obrigado pelos votos, os quais agradeço muito, à exceção da parte final, com a qual não concordo, claro, porque eu quero muito que seja o Partido Socialista a ganhar com maioria absoluta, e tudo farei para isso.-----

-- Vamos começar aqui pelo fim. Sobre o alojamento, o que aconteceu foi que as quatro famílias, que não são proprietários, mas arrendatários do prédio, não necessitaram de alojamento. O proprietário vai ser notificado das obras que são necessários fazer, e das duas, uma, ou faz ou não faz. Se não faz, nós vamos ter que as fazer e, depois, apresentar-lhe a conta. Se ele não pagar, ficamos com o prédio, não tenha dúvidas disso. Portanto, será isto que vai ser feito. -----

-- Quanto à estação de Algueirão-Mem Martins, tem toda a razão, até porque há novas formas de viabilizar estações. No estrangeiro, há muita coisa que está a ser feita neste domínio, mas enquanto essa nova fórmula não vem, eu propus publicamente ao Ministro Pedro Marques uma coisa que o vai deixar desagradado, mas que eu tenho de fazer, que é proceder à identificação das estações que estão em más condições, que creio que sejam três ou quatro. Fazemos um estudo, para saber quanto custa, fazemos um calendário, e a Câmara comparticipa na reparação. Não o podemos deixar de fazer porque não podemos ter as estações como estão, algumas delas abandonadas, como não podemos ter escadas rolantes paradas, simplesmente, não podemos. Como temos possibilidades, e não podemos fechar os olhos, eu disse ao Ministro Pedro Marques, aliás, publicamente, que podemos fazer um protocolo onde identificamos as estações, calendarizamos, quantificamos, e nós daremos uma parte que seja ajustada às nossas possibilidades e às responsabilidades do Estado. É a única forma de o fazer. -----

-- Em relação aos Bombeiros, eu não posso estar mais de acordo consigo. Aliás, eu costumo chamar



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos bombeiros os “nossos bombeiros”, é como eu os nomeio, como “os nossos bombeiros”, porque é verdade, é uma honra enorme para o nosso Concelho ter os bombeiros que nós temos. Tudo aquilo que nós fazemos não é despesa é investimento, e é um gosto muito grande, como sabe tão bem ou melhor do que eu, quando nós ouvimos dizer a entidades exteriores à Câmara de Sintra que a nossa é a autarquia que mais apoia os seus bombeiros. E cá estamos para continuar com a mesma postura, apoiar no que for necessário, e aí, não há que agradecer, o que há é que registar porque não fazemos mais que o nosso dever.-----

--- Um Estado local que não consegue garantir a segurança da sua gente não tem razão de existir, não tem mandato a cumprir! E a Segurança significa o quê? Em primeiro, significa Saúde, daí os nossos investimentos, em segundo lugar, significa a Segurança propriamente dita, nas ruas, nas consciências, na Serra, tudo isso, da maior relevância, e para isso é que poupamos, para poder fazer estes investimentos. Depois, em relação às escolas, é verdade, nós temos 28 milhões para requalificar as nossas EB 1, e elas vão ficar impecáveis, vão ficar bem. O senhor Deputado diz que os sete milhões não chegam. Não sei! O primeiro orçamento do Governo anterior era completamente megalómano, ao ponto de querer 200 milhões para escolas. E quando se põe 200 milhões num orçamento é para não fazer nada, porque significava demolir tudo e fazer de novo. Ora bem, nós não fazemos isso, e os 7 milhões de euros que aqui estão são para intervenções imediatas e urgentes, mas que, eventualmente, respondem a situações que, se forem resolvidas, se calhar, não precisam de muito mais. Com estes 7 milhões, isso não pressupõe que queira dispensar o Governo de fazer a parte dele, não é isso. Eu fui a escolas, pelo menos a duas, em que os alunos, por causa da chuva que lá entrava dentro, andavam com as cadeiras de um lado para o outro, e um balde ao meio da sala. O Presidente de Câmara vê isto e fica indiferente? Se tem dinheiro, não tem que fazer? Tem que fazer! Fizemos na Escola Alberto Neto, com o Gimnodesportivo, e vamos fazer o resto. Nós não convivemos com escolas onde chove lá dentro. Veja, senhor Deputado, o caso das quarenta e tal cozinhas onde, para as recuperar condignamente, gastámos cerca de 18 milhões. Aqui, a questão era esta: mas nós podíamos ter escolas que não tinham salubridade nas cozinhas? Ainda hoje temos, mas podemos nós conviver com isso? Não! Temos que lá ir e pôr as cozinhas novas. Gimnodesportivos fechados, com os meninos a terem de ir para a escola ao lado, e a gente vai conviver com isso? Não podemos. É claro que dizemos ser da responsabilidade do Ministério, mas se não tem verbas, se não faz, vamos continuar parados? O problema é esse. Portanto, vamos ter que o fazer, sendo os 7 milhões para esse fim, e eu acho que são bem aplicados. Eu sei que, na vossa ortodoxia, eu compreendo isso, que é dinheiro dos contribuintes. Mas o senhor Deputado Jacinto, quando nós fizemos o Hospital, lembra-se, dizia: “o dinheiro podia ir para as escolas”. Como vê, vai para o hospital e vai para as escolas, e isso é que é importante. Nós, naquilo que pudermos, não queremos que nada fique para trás. -----

--- O **Deputado Rui Miguel Magalhães Castelhana, do PSD**, referiu: Senhor Presidente de Câmara, agradeço as suas informações e as suas sugestões, mas eu gostava de apresentar um esclarecimento agora dirigido ao Presidente de Câmara. Escapou-me na sua resposta se o relatório de execução do pacto dos autarcas para 2018 está feito, ou não? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu creio que está feito. Mas, se foi feito, já foi há algum tempo pelo que não posso garantir. Creio que está feito e, se está



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...

JA



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feito, terei o maior gosto em enviar a todos os que estão aqui. -----

--- O **Líder da CDU Deputado Jacinto Higino Domingos** referiu: Senhor Presidente, só duas notas, porque nós temos aqui alguma dificuldade de discurso. Com certeza que a dificuldade é minha e, portanto, eu percebo. Eu, quando refiro os 7 milhões de investimento das escolas para o Estado, é porque temos elementos, e temos estudos, informações que nos dizem, e se elas estiverem enganadas que nos deem outros números, que me deem outros relatórios, que nos digam que as escolas da responsabilidade do nosso Concelho precisam de 90 milhões. Na minha modesta opinião, e volto a dizer que não é nada de ortodoxo, eu que leio algumas coisas da literatura que sai e de muitos livros, a ortodoxia nada tem a ver com isto, sendo esta outra coisa bem diferente do pensamento que temos sobre os investimentos e a quem eles competem. Quero dizer-lhe que, se me disser que tudo o que é da responsabilidade da Câmara está feito, que não é preciso fazer mais investimentos nas escolas, que não é preciso mais investimento nas estradas, ou que não é preciso fazer investimentos aqui e acolá, eu aceito perfeitamente que todo o investimento se faça na área do Estado, até porque não faz sentido ficarmos com o dinheiro e não fazer as coisas. Agora, não faz sentido substituir-se a outros quando aquilo que é da nossa responsabilidade não está tudo pronto. E isto, senhor Presidente, peço desculpa, mas não é ser ortodoxo. Pode chamar-me, se calhar, um bocadinho egoísta, mas essa ortodoxia de que fala não tem nada a ver. Seguindo a sugestão do senhor Vice-presidente, Rui Pereira, espero que ele deseje para mim, o mesmo que eu desejo para ele. -----

---- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Esta discussão podia levar-nos longe, mas a questão do senhor Deputado Jacinto Domingos é a seguinte: é óbvio que, numa Câmara como a de Sintra, há sempre coisas por fazer e há sempre investimentos da nossa responsabilidade para fazer. Mas o que é que é mais importante? Entre um investimento para fazer mais uma ciclovia, embora tenhamos trinta quilómetros de ciclovia, mas podemos sempre fazer mais uma, e um Centro de Saúde da responsabilidade do Estado, o que é que escolhe? A grande questão é esta, nós não tiramos um cêntimo do essencial da nossa competência na Câmara, agora, é evidente que não viramos a cara a coisas essenciais que, não sendo da nossa responsabilidade, se não formos nós, elas não serão satisfeitas. Não podemos fazer isso. Durante anos e anos, andamos a pedir um Hospital, e até podíamos continuar a protestar que não o teríamos. E as pessoas continuavam a viver mal? Também podíamos continuar a protestar, mas o Centro de Saúde de Aqualva continuava a ser a vergonha que era! O Centro de Saúde do Algueirão não existiria, tão-pouco o de Almargem. Portanto, é uma questão de prioridades, ou seja, nós temos de ter prioridades, é para isso que somos políticos. Por conseguinte, para nós, políticos, qual deve ser o Norte das nossas prioridades? As necessidades básicas das pessoas, Senhor Deputado Jacinto, essas é que são as nossas prioridades, e você percebe isso, são as necessidades básicas, e tudo o que pudermos fazer para que as pessoas possam viver com melhor dignidade, temos de fazer. Infelizmente, não podemos fazer tudo, mas temos feito aquilo que devemos fazer, ao pouparmos no que era dispensável, mais de 70 milhões de euros poupados, para, depois, podermos investir naquilo que é essencial. E isso é de uma importância enorme, assim o mesmo acontecesse ao nível de todo o nosso país. -----

--- O senhor Deputado da CDU, Jacinto Domingos, fez uma intervenção da Bancada que não se transcreve por estar inaudível. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...

JA



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- O **Líder do MPT, Deputado Adriano Caetano Filipe**, referiu: Hoje, eu não vou intervir nesta Assembleia e, certamente, não vou estar até ao fim, mas quero aproveitar, neste período da Ordem de Trabalhos, para desejar a todos um bom Natal, umas boas entradas no ano 2019, e que seja melhor para todos.

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: só para agradecer os votos ao senhor Deputado Adriano Filipe, em nome da Vereação, se tal me é permitido, agradecer e desejar-lhe, também, um bom ano.

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **4 e 5** da Ordem de Trabalhos.

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: só para registar a enorme importância desta votação, no que respeita a Transportes e Energia. É, repito, de uma enorme importância, esta votação.

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.

--- Ponto **4** da Ordem de Trabalhos: **Autorizar o Município, enquanto autoridade de transporte competente, a celebrar com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) o Contrato Interadministrativo de delegação de competências nesta entidade, quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, nos termos da respetiva da proposta. Proposta nº 867-P/2018.**

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 40 (PS; PSD; 1 CDS-PP; CDU; BE; PAN; MPT)

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 04 (4 CDS-PP)

--- Esta proposta foi **aprovada por maioria**.

--- Ponto **5** da Ordem de Trabalhos: **Autorizar o Município a celebrar com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) o Contrato Interadministrativo de delegação de competências nesta entidade, no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da concessão da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão, nos termos da respetiva da proposta. Proposta nº 884-P/2018.**

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 40 (PS; PSD; 1 CDS-PP; CDU; BE; PAN; MPT)

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 04 (4 CDS-PP)





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta proposta foi **aprovada por maioria**. ---

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: **Tomar conhecimento do contrato de gestão delegada celebrado entre a AMTRES e a TRATOLIXO; e apreciar e votar o reforço do compromisso plurianual, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 890-P/2018. ---

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço. ---

--- **VOTAÇÃO:** ---

--- Votos a favor: 44 ---

--- Votos contra: 00 ---

--- Abstenções: 00 ---

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**. ---

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a alteração pontual ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra e Tabela de Taxas e Outras Receitas para 2018, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património.** Proposta nº 917-P/2018. ---

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço. ---

--- **VOTAÇÃO:** ---

--- Votos a favor: 32 (PS; 1 CDS-PP; CDU; BE; PAN) ---

--- Votos contra: 00 ---

--- Abstenções: 12 (PSD; 4 CDS-PP; MPT) ---

--- Esta proposta foi **aprovada por maioria**. ---

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos 8 e 9 da Ordem de Trabalhos. ---

--- A **Líder do CDS-PP a Deputada Eunice da Conceição Baeta** referiu: Relativamente à proposta 919, que foi a Comissão, eu só queria salientar uma intervenção que fiz, nessa mesma Comissão, relativamente ao prazo que foi dado aos concorrentes a este concurso, desde a aprovação do projeto até ao início de execução, apesar de haver uma alteração do projeto inicial, que é mais condescendente no início de execução da obra, mesmo assim, esse prazo continua a parecer-nos pequeno. E só lhe digo isto porque acho que há dificuldades de aprovações de créditos para fazer a execução deste tipo de obras, portanto, a comparticipação nestes projetos só é paga no final. Assim sendo, os condomínios, ou quem se candidatar, terão que reembolsar, logo de início, a totalidade para poder efetuar o projeto, o que se nos afigura ser curto. Relativamente a outra dúvida que tinha, tem a ver com o facto de, na Comissão,



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL





SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não nos terem sido facultados os valores. O senhor Presidente da Câmara, já hoje, fez questão de nos apresentar os valores. Não estou enganada, pois não, senhor Presidente? Tem alguma previsão para o valor que irá apurar na taxa de turismo? Sei que não consegue apurar um valor concreto, naturalmente, mas se tem pelo menos uma perspetiva, relativamente a este a este valor.-----

--- O Presidente da Junta da União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, Deputado Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira, referiu: Era apenas para congratular o Senhor Presidente Câmara, bem como a todo o restante executivo, pela apresentação deste Regulamento. Este Regulamento de comparticipação para a realização de obras em edifícios em ARUS tem uma importância estratégica fundamental, considerando a idade de muitas habitações que necessitavam de apoio, e que necessitam muito de apoio, uma vez que são habitações muitas vezes em condomínios onde não existe proprietários com capacidade financeira para fazer a sua recuperação. Portanto, este é um sinal muito importante que a Câmara Municipal dá, permitindo um apoio de 30%. Com este apoio de 30%, temos uma inovação enorme, que vai muito na linha do apoio que a Câmara Municipal tem feito nas matérias que considera fundamentais e estratégicas, pelo que eu queria louvar esta iniciativa inédita que, em muito, vai ajudar os proprietários nas áreas integradas da ARU. Estas são, naturalmente, as áreas que o Município entendeu como de Intervenção prioritária e, portanto, queria agradecer a participação e os critérios que estão previstos neste Regulamento. -----

--- O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca, referiu: Realmente é verdade, eu creio que o nosso é o único Concelho que tem um projeto destes e tem uma iniciativa destas. E porquê? Porque nós entendemos que, se queremos a ARU, esta não pode ficar no papel. Nós temos mesmo que fazer requalificação, temos mesmo que fazer obra, e é evidente que muitos senhorios não têm meios para o fazer. A Câmara estimula essa requalificação, através deste programa. Este programa destina-se, em primeiro lugar, a zonas de ARU; em segundo, a prédios com mais de 30 anos; em terceiro, só a zonas comuns; e em quarto lugar, até 30 %, e um *silling* que vai, julgo eu, de 15 a 20 mil euros. Portanto, a requalificação é feita desta forma, e com este apoio nós acreditamos que seja o adicional necessário para que, nas áreas de requalificação urbana, os prédios possam ser objeto das obras necessárias à sua requalificação. Com efeito, creio eu, é realmente uma iniciativa única. Como é que este programa é financiado? 130 mil euros estão no orçamento; depois, é a minha intenção propor que as verbas do turismo sejam também afetadas para a requalificação. Pergunta-me quanto é? Depende muito. Se se mantiver o fluxo turístico atual, supomos nós, será uma verba entre 350 a 500 mil euros, podendo diminuir, ou aumentar, em função dos fluxos que referi. Agora, o que é facto é que será acrescida de mais 130 mil euros provenientes do nosso Orçamento. Os 500 mil euros que vêm da Parques de Sintra Monte da Lua, obviamente, são só para a Vila histórica, porque é aí que a Sociedade tem responsabilidade. Mas não é apenas para requalificação porque crescem as iniciativas ambientais e culturais, que estão incluídas nesta visão ampla de requalificação. Claro que o "Reaviva" vai incidir sobre a Vila histórica, mas também incide na Terrugem, em Algueirão e nas outras ARUS que temos. Como já temos afetados os 500 mil euros para a Vila histórica, porventura, até vamos incidir mais fora da Vila histórica, onde o apoio seja mais necessário, eventualmente. Como se vê, este é um financiamento que não sai de nenhum projeto que nós tenhamos, neste momento, em carteira. E vamos ver agora, em 2019, em que vamos iniciar este projeto, e vamos poder ver como é que ele vai resultar. Mas é, realmente, uma grande iniciativa que os nossos serviços propuseram, e que nós aceitamos. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- O Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja, referiu: O Bloco de Esquerda está genericamente de acordo com esta proposta, que vem em linha com algumas daquelas que vínhamos fazendo e reclamando ao longo dos últimos anos. Mas há, aqui, algumas questões que nos preocupam. Para já, um comentário lateral. Na última reunião, a do Orçamento, perguntei se havia algum plano para consignar a taxa turística a alguma área específica, tendo obtido como resposta, na altura, que não, que ainda não era possível tê-lo. Afinal é, ainda bem, e acho que está bem encaminhado. A segunda questão tem a ver com o apoio a obras. O apoio que vai ser concedido, aqui, será um apoio a obras em espaços comuns, que é um apoio importante porque sabemos que, muitas vezes, os condomínios não têm verbas para fazer obras, sendo isso motivo de conflito e de atraso. O problema tem a ver com aquilo que já aqui foi levantado, ou seja, com o facto de este pagamento ser feito no final da obra, ou seja, a parte do problema que quer resolver mantém-se, porque os condomínios, e as associações de moradores nos condomínios, terão dificuldades de financiamento. Portanto, pensamos que, apesar de este regulamento dar passos positivos, faltam ainda mecanismos para garantir disponibilidade de verbas prévias à obra, e não só para espaços comuns como, também, o reforçar de mecanismos para apoio de obras particulares, possibilitando assim operações de reabilitação mais céleres e profundas. De qualquer forma, iremos apoiar e votar favoravelmente este Regulamento. -----

--- O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca, referiu: Antes de mais, constatar, e ainda bem, que o Bloco de Esquerda reconhece a bondade da iniciativa. Realmente, como diria "La Palice", a obra só está feita quando acaba, e só se paga quando acaba. O que estava a pedir é que nós tivéssemos um pré-financiamento. Se todos os homens fossem Santos até podíamos fazer isso, mas, infelizmente, não são. Nós não damos um tostão dos contribuintes sem ver a obra feita. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.-----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: **Tomar conhecimento dos Relatórios de Monitorização de 2018 referentes às Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra, de Agualva, de Mem Martins-Rio de Mouro e de Queluz-Belas, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 918-P/2018.-----

--- A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.** -----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de Regulamento Municipal Rea VIVA Sintra – Programa de participação para a realização de obras de imóveis ARU's, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Planeamento, Gestão do Território e Ambiente.** Proposta nº 919-P/2018.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...

SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto **10** da Ordem de Trabalhos **Apreciar e votar o aditamento do nº 2 do artigo 24.º-A do Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 870-P/2018.-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.-

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto **11** da Ordem de Trabalhos **Reconhecer e declarar como relevante Interesse Público Municipal a aprovação do projeto de RECENTALICERCE, S.A., nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 798-P/2018.-----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona da CDU**, referiu: Muito rapidamente, e relativamente à proposta em declarar como de Relevante Interesse Público Municipal o projeto da Recentalicerce S.A. - e já agora dizer, do grupo Trofa Saúde e da consequente isenção de taxas municipais -, importa começar por dar nota de que o projeto deste grupo cumpre efetivamente o Regulamento dos Projetos de Relevante Interesse Municipal, que foi aqui aprovado nesta Assembleia, e também com os votos a favor da CDU. Assim foi, de facto. Aquilo com que nós - CDU - discordamos é que se dê todas as facilidades para que se instale mais uma unidade de saúde privada no nosso concelho, que precisa, isso sim, como temos dito várias vezes, de um verdadeiro hospital público que, desde há muito, reclamamos. A grande verdade, e que ninguém pode negar, é que quando se instalam unidades de saúde numa determinada região, piora consideravelmente o Serviço Público de Saúde. Esta é uma verdade inegável. As contas atuais do Ministério da Saúde deixam claro que 6 mil milhões de euros é quanto sai dos cofres do Serviço Nacional de Saúde para as unidades de saúde privadas. É com isto que nós não concordamos efetivamente. Nós sempre defendemos o Serviço Nacional de Saúde, e continuaremos naturalmente a defender, pugnando pela melhoria do serviço que é prestado por este Serviço público. Portanto, são estas as razões pelas quais votaremos naturalmente contra esta proposta. -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Senhor Presidente, nós já tivemos algumas discussões nesta Assembleia sobre a vontade do grupo Trofa Saúde instalar um hospital privado no concelho de Sintra. Já expressámos a nossa opinião desfavorável a esse apoio que a Câmara Municipal quer dar para mais um negócio privado na Saúde, no nosso concelho. Não somos contra o facto de o grupo Trofa Saúde querer fazer o seu negócio, embora o negócio da Saúde não possa ser



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comparado a outros porque envolve outro tipo de tecnologia, outro tipo de conhecimento, outro tipo de mercado, que não é igual ao turismo, a uma fábrica ou a uma indústria. Consideramos que não existe, aliás, há alguns documentos relativos ao Serviço Nacional de Saúde que também apontam nesse sentido, que não existe racionalidade nesta ideia de instalar mais um hospital à beira do IC19. Sabemos, obviamente, que o grupo Trofa Saúde está a querer instalar-se agora para poder aproveitar-se da generosidade do Serviço Nacional de Saúde e de eventuais debilidades futuras do Serviço Nacional de Saúde. Por isso, achamos que a Câmara Municipal não deve ser impulsionadora desse negócio, e sobretudo, não deve dar uma borla fiscal de meio milhão de euros, que é isso que vai dar aprovando este projeto. Por isso, votaremos contra, estaremos em oposição a ele e consideramos que é completamente irracional que ele avance.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação àquilo que chama de borla fiscal, e que eu chamo de incentivo fiscal, o que acontece é que foi aprovado, só com os seus votos contra, o Regulamento dos Projetos de Relevante Interesse Municipal. Este projeto cumpre, como foi aqui dito pelo senhor Deputado Rogério Cassona, integralmente o Regulamento. Portanto, o que me está a pedir é para cometer uma ilegalidade, ao reconhecer que cumpre o Regulamento, não obstante, não lhe damos. Isso não faço porque isso é ilegal e, logo, não faço. Para além disso, eu quero dizer-lhe que este é o primeiro hospital do grupo Trofa Saúde sediado no sul. Será um grande hospital com um investimento de 50 milhões de euros e que irá criar um conjunto de postos de trabalho. Mas diga-me, quando uma pessoa beneficiária da ADSE, ou de um seguro de saúde, que vai a esse hospital, é tratada e é servida, o senhor acha mal? Porque é que há de ir sobrecarregar o Hospital do Estado? Até pode acontecer que o hospital do Estado não tenha aquela especialidade, por exemplo, o grupo Mello vai fazer, aqui, um hospital com uma especialidade muito importante que é a Cirurgia Oncológica. Pode acontecer que a cirurgia oncológica, que será feita aqui, seja uma enorme mais valia para a nossa gente, que não precisa de ir fora. Eu não percebo, sinceramente, porque é que entende que os privados nunca podem, em condição nenhuma, defender o interesse público. Porquê? O contrato tem de ser bem negociado, aí tem razão, com os melhores advogados. Mas não há qualquer contrassenso em admitirmos que os privados também podem defender o interesse público. Há contrassenso é em termos uma sociedade toda estatizada, com a inerente perda de liberdade, porque uma sociedade estatizada não é democrática nem garante as liberdades individuais -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Senhor Presidente, era interessante saber onde é que V. Exa. ouviu que nós não queremos hospitais privados? O que nós não queremos é que, efetivamente, os dinheiros públicos financiem os hospitais privados. O que nós não queremos é que sejam criadas dificuldades aos hospitais públicos, levando as pessoas para os privados. Eu dou-lhe um exemplo muito recente em que tive de gastar quase mil euros para fazer dois exames - uma colonoscopia e uma endoscopia - na CUF - porque o hospital público não me deu a garantia de o poder fazer. Não queremos a construção de um hospital privado com os dinheiros públicos e que vai criar dificuldades nos hospitais públicos. Esta não é uma questão ideológica, antes, uma questão de Princípio. Não queremos uma Saúde para os pobres e, outra, para os ricos. Queremos uma saúde igual para todos.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Registámos que vocês não são contra os hospitais privados. Daí resultam várias coisas. Se o senhor Deputado não



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tivesse o hospital da CUF para fazer a colonoscopia, e se o Governo também não tivesse esse dinheiro para você a fazer, não poderia fazê-la em parte nenhuma. Podia protestar, mas não a fazia em parte nenhuma.

--- **O Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: A Lei de Bases da Saúde define que há um regime concorrencial entre o setor privado e o setor público. O que a Câmara Municipal de Sintra está a fazer é dar um favorecimento ao setor privado em detrimento daquilo que devia favorecer, que é o setor público. Isto é irracional! 2ª questão: O caderno de encargos do novo Hospital de Sintra dizia que este respondia às necessidades do Concelho, em termos de Serviço Público, mas o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que não era assim, que o grupo Mello vai dar uma resposta que, provavelmente, não se encontra no setor público, ou seja, a Câmara favoreceu o grupo privado, sabia que ele queria fazer um hospital, favoreceu-o, e agora isso ficou provado. 3ª questão: então a Câmara aprovou um Regulamento que a deixa de mãos atadas para decisões estratégicas, como são os Planos de Interesse Municipal? Que rica gestão pública, muito eficiente, e de que o senhor Presidente sempre se vangloria! 4ª questão: andámos a salvar bancos, mas daqui a uns anos vamos andar a salvar hospitais. Lembrem-se desta conversa!

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para registar que não é verdade, de todo em todo, que nós tenhamos apoiado os hospitais privados em detrimento dos hospitais públicos. Isso é mentira!

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.

-- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 34 (PS; PSD; 1 CDS-PP; MPT)

--- Votos contra: 05 (CDU; BE)

--- Abstenções: 05 (4 CDS-PP; PAN)

--- Esta proposta foi **aprovada por maioria**.

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 12 da Ordem de Trabalhos **Apreciar e votar o acordo de Geminção entre o Município de Sintra e a Commune de Goussainville, nos termos da respetiva proposta**. Proposta nº 801-P/2018.

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para dar uma explicação a esta Assembleia: A Commune de Goussainville, que fica muito próxima do aeroporto Charles de Gaulle – Roissy, é uma pequena comunidade com cerca de 80 mil pessoas, mas que tem uma grande comunidade portuguesa. Nós entendemos que seria correto responder positivamente ao pedido de geminação desta comunidade portuguesa, de Goussainville com Sintra.



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

-- Foram submetidos a apreciação os Pontos 13 a 20 da Ordem de Trabalhos.-----

--- Ponto 13 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração de um protocolo de cedência de utilização de espaço de um armazém sito na cave do nº 2 da Rua Dr. Agostinho Neto, em Mira Sintra, que corresponde à fração autónoma A, com área de 165,85 m² descrita na Conservatória do Registo Predial de Agualva-Cacém sob a ficha n.º 86-A, da Freguesia de Mira Sintra, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 70/A da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra e de um posto de limpeza sito no Impasse da Cruz, em Agualva, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 760-PM/2018.**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

--- Ponto 14 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração de um Contrato Interadministrativo de Colaboração a celebrar entre o Município e a União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem respeitante à concretização da obra de recuperação do Recinto Polivalente João Sousa Leitão, sito na Rua das Indústrias, na Terrugem, propriedade da referida União de Freguesias, tendo em vista a concretização das Festas em honra de Nossa Senhora da Nazaré, cujo círio irá percorrer em 2019 e 2020 as povoações da Terrugem e de São João das Lampas, tendo ainda como pressuposto a futura utilização do espaço e sua disponibilização ao Município aquando de eventos de interesse municipal, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 768-P/2018.**-----

--- O Presidente da Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado **Guilherme Joaquim Coimbra Ponce Leão**, referiu: Eu venho aqui, hoje, da mesma forma que, durante estes 9 anos de Presidente de Junta, me trouxe aqui. Aqueles que me conhecem sabem que eu tenho o coração na boca, sabem o quanto eu luto pelas minhas Freguesias e pelo meu Concelho. Tenho um



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grande orgulho em ser sintrense, e nunca me coibi de vir aqui criticar fosse o que fosse, ou agradecer fosse o que fosse, aos executivos por onde passei. Oriento-me pela minha cabeça, cumpro zelosamente aquilo que é aprovado, quer no Executivo, quer na Assembleia da Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem. De igual forma, cumpro o que é aprovado nesta casa. Nunca me coibi de vir aqui criticar o senhor Presidente da Câmara, criticar a Vereação, ou qualquer outra situação que não me era agradável, ou pela qual eu luto e não consigo ter os resultados desejados, para poder chegar à minha Freguesia e as pessoas olharem para mim como um defensor acérrimo daquilo que preocupa a nossa população. Muitos devem saber que já tive alguns dissabores na política, mas que não tenho medo de nada nem de ninguém, isso é um dado concreto. Eu podia vir aqui dizer que ainda não me resolveram o problema dos cantoneiros, nem o senhor Presidente da Câmara, nem o senhor Vereador Domingos Quintas. Queria lembrar-vos que a minha Junta de Freguesia é a única, de entre as demais do concelho de Sintra, que há nove anos não tem um único cantoneiro de limpeza. Isto é dramático para quem, todos os dias, encontra lixo pelas estradas. A Junta faz o que pode. Não tem pessoal, e talvez seja a freguesia com menos funcionários, por opção dos meus antecessores e minha, é bom que o diga. Uma boa opção, contudo, e louvo o meu colega Portelinha porque vem dele a iniciativa de não se submeter ao pessoal contratado pela Junta.-----

--- Mas, hoje, venho aqui agradecer a este Executivo pelo facto de, neste 1º ano deste 2º mandato - porque no 1º ano fui muito crítico, mas tinha razão, até porque, nos primeiros 4 anos, pouco ou nenhum alcatrão, obras e investimento tive na minha Freguesia -, e se vim aqui criticar este executivo, ou outro, hoje tenho a obrigação de vir aqui agradecer, em nome dos meus fregueses, aquilo que nos estão a dar. Em relação a este ponto, se me permitem, agradecer em especial ao senhor Vereador Domingos Quintas, não esquecendo o senhor Presidente e todo o executivo, por estarmos aqui, hoje, a votar o contrato interadministrativo de colaboração entre o Município e a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu não concordo nada com o senhor Presidente de Junta, Ponce Leão, em relação aos 4 anos anteriores. Fizemos grandes investimentos em São João das Lampas, aliás, foi o sítio onde os SMAS mais investiu. Agora, tem razão em relação aos cantoneiros, e em fevereiro ou março vai ter os cantoneiros. Tem este meu compromisso, e também terá a escola de Godigana, porque merece isto! -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Ponto **15** da Ordem de Trabalhos: **Adquirir à Eventual – Sociedade de Construções, Lda., o prédio misto sito na Av. Torcato Pardal Monteiro, nº 9, em Pêro Pinheiro, composto por vários edifícios e logradouro, com a área total de 18626 m², descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra com a ficha nº 1741 da freguesia de Pêro Pinheiro e inscrito na matriz predial urbana sob**



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os artigos n.º 4637, 4640, 4643 da União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar e pelos artigos rústicos n.º 126 e 145, ambos da secção 1K da mesma União de Freguesias, pelo valor total de 725.000,00 € (setecentos e vinte e cinco mil euros), nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 946-P/2018.

--- O Presidente da Câmara, **Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Não se pode deixar passar em claro o ponto 15, referente à compra da Pardal Monteiro, que é de uma enorme importância para o Concelho, de uma enorme importância para a Economia e de uma enorme importância para a zona onde se insere. É, no nosso entender e se for adotada, uma decisão histórica. Também o ponto 16 é importante porque, pela 1ª vez, temos um banco de terras para os nossos jovens agricultores poderem explorar. Já são alguns hectares e, portanto, é também uma decisão importante. Mas a decisão 15 é realmente uma decisão da maior relevância para o nosso Concelho e para a nossa Economia. Vamos ter um Centro Tecnológico e, com ele, vamos ter um desenvolvimento muito grande num setor que é fundamental para a economia portuguesa, que é a indústria extrativa. É o único setor, juntamente com o do calçado, em que praticamente toda a receita da exportação fica na economia portuguesa. Se tomarmos como exemplo a Autoeuropa, é verdade que esta exporta cerca de 2 mil milhões, mas a importação de que ela necessita importa em mais de 800 milhões de euros. Portanto, tudo o que se exporta de pedra é tudo ganho. É, assim, um grande investimento que nós fazemos no setor das pedras ornamentais.

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 00

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**.

--- Ponto 16 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a afetação de terrenos municipais ao Programa de Disponibilização de Terras de Sintra para Utilização Agrícola, Florestal e Silvopastoril, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 757-P/2018.

VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 00

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**.

--- Ponto 17 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno com área de 96,00 m² a confrontar do norte, sul e poente com domínio público municipal e do nascente com Maria do Céu Niza Mateus, para posterior alienação a Maria**



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Céu Niza Mateus e anexação ao prédio sito na Rua da Liberdade n.º 18, em Vila Verde, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 572 da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o n.º 3608 da Freguesia da Terrugem, nos termos da respetiva proposta. Proposta n.º 759-PM/2018.-----

----- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ponto 18 da Ordem de Trabalhos: Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 3.343,56 m² sita na Rua de Macau n.º 34, em Mem Martins, destinada a equipamento escolar, nos termos da respetiva proposta. Proposta n.º 812-PM/2018.----

----- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ponto 19 da Ordem de Trabalhos: Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal das seguintes parcelas de terreno:

- Parcela de terreno com a área de 715,00 m² a confrontar a norte e a sul com domínio público municipal e a nascente e poente com Município de Sintra, para integrar o domínio privado municipal e ser anexado ao prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7759 da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4113 da Freguesia de Santa Maria;

- Parcela de terreno com a área de 280,00 m² a confrontar a norte com domínio público municipal, a sul, nascente e poente com Município de Sintra, para integrar o domínio privado municipal e ser anexado ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 6 secção 2H da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 11816 a fls. 34 do B-34 da Freguesia de Santa Maria; e

- A integração no domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 1.180,00 m², área que corresponde ao atual arruamento, a destacar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7759 da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4113 da Freguesia de Santa Maria, nos termos da respetiva proposta. Proposta n.º 813-PM/2018.-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 44 ---

--- Votos contra: 00 ---

--- Abstenções: 00 ---

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. ---

--- Ponto **20** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 535 m² a destacar do prédio rústico, artigo 24.º da secção 1D da União de Freguesias de Queluz e Belas, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 853-PM/2018.** ---

- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 44 ---

--- Votos contra: 00 ---

--- Abstenções: 00 ---

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. ---

--- Nos termos do Art. 57º, n.ºs 3 e 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 34º, nº 6 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 2**).-

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 22h40m. ---

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra. ---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA SUBSTITUTA

Maria Helena Pissarro Cardoso



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

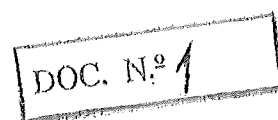
.../...



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

14.12.2018

1. a) *Expediente e Informações*

1. Grupo Parlamentar do PCP – Orçamento de Estado para 2019 – Autarquias Locais.
2. Grupo Parlamentar do PCP – Proposta de Alteração – Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos.
3. Grupo Parlamentar do PCP – Propostas aprovadas no 1º dia na especialidade da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2019.
4. Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Aprovada a Proposta ao Orçamento de Estado para 2019, que visa criar mais salas de educação pré – escolar.
5. Conselho Estratégico Empresarial – Brochura - IV Reunião Ordinária - 23 de novembro de 2018.
6. Grupo Parlamentar do PCP – Orçamento de Estado para 2019 – Medidas e Propostas.
7. Câmara Municipal de Sintra - Ata n.º 23/2018 – reunião ordinária realizada em 20.11.2018.
8. Área Metropolitana de Lisboa – Comunicado de imprensa – Apresentados os resultados definitivos do inquérito à Mobilidade 2017.
9. Assembleia Municipal de Sesimbra – Edital n.º 104/18 – sessão extraordinária realizada no dia 30 de novembro.
10. TRATOLIXO – Envio de Relatório e Contas e Sustentabilidade 2017.



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11. Assembleia da União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem – Revisão do PDM.
12. Área Metropolitana de Lisboa – Deliberações reunião Ordinária do CML- 22 de novembro de 2018.

Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

A 2ª SECRETÁRIA SUBSTITUTA

Maria Helena Correia Pissarro Cardoso



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DOC. N.º 2

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia catorze do mês de dezembro de dois mil e dezoito, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 7ª Sessão Extraordinária convocada nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 28º e do nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 32º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 867-P/2018) - "Autorizar o Município, enquanto autoridade de transporte competente, a celebrar com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) o Contrato Interadministrativo de delegação de competências nesta entidade, quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 40 (PS-PSD-ICDS-CDU-BE-HPT-DAN)

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 4 (ICDS)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.-----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 884-P/2018) - "Autorizar o Município a celebrar com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) o Contrato Interadministrativo de delegação de competências nesta entidade, no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da concessão da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão, nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 40 (PS-PSD-ICDS-CDU-HPT-PAN)

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 4 (CCDS)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 890-P/2018) - "Tomar conhecimento do contrato de gestão delegada celebrado entre a AMTRES e a TRATOLIXO; e apreciar e votar o reforço do compromisso plurianual, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 917-P/2018) - "Apreciar e votar a alteração pontual ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra e Tabela de Taxas e Outras Receitas para 2018, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 32 (PS-CDU-BE-ICDS-PAN)

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 12 (PSD-CDS-HPT)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 918-P/2018) - "Tomar conhecimento dos Relatórios de Monitorização de 2018 referentes às Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra, de Agualva, de Mem Martins-Rio de Mouro e de Queluz-Belas, nos termos da respetiva proposta".



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ---

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 919-P/2018) - "Apreciar e votar o projeto de Regulamento Municipal Rea VIVA Sintra – Programa de comparticipação para a realização de obras de imóveis ARU's, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Planeamento, Gestão do Território e Ambiente".---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: ---

--- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 44 ---

--- Votos contra: 0 ---

--- Abstenções: 0 ---

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. ---

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 870-P/2018) - "Apreciar e votar o aditamento do nº 2 do artigo 24.º-A do Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos da respetiva proposta".---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: ---

--- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 44 ---

--- Votos contra: 0 ---

--- Abstenções: 0 ---

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. ---

--- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº nº 798-P/2018) - "Reconhecer e declarar como relevante Interesse Público Municipal a aprovação do projeto de RECENTALICERCE, S.A., nos termos da respetiva proposta".---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: ---

--- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 34 (PS - PSD - ICDS - ART)

--- Votos contra: 5 (CDU - BE)

--- Abstenções: 5 (PS - PAN)



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 12 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 801-P/2018) - "Apreciar e votar o acordo de Geminção entre o Município de Sintra e a *Commune de Goussainville*, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 13 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 760-PM/2018) - "Apreciar e votar a celebração de um protocolo de cedência de utilização de espaço de um armazém sito na cave do nº 2 da Rua Dr. Agostinho Neto, em Mira Sintra, que corresponde à fração autónoma A, com área de 165,85 m² descrita na Conservatória do Registo Predial de Agualva-Cacém sob a ficha n.º 86-A, da Freguesia de Mira Sintra, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 70/A da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra e de um posto de limpeza sito no Impasse da Cruz, em Agualva, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 14 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 768-P/2018) - "Apreciar e votar a celebração de um Contrato Interadministrativo de Colaboração a celebrar entre o Município e a União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem respeitante à concretização da obra de recuperação do Recinto Polivalente João Sousa Leitão, sito na Rua das Indústrias, na Terrugem, propriedade da referida União de Freguesias, tendo em vista a concretização das Festas em honra de Nossa Senhora da Nazaré, cujo círio irá percorrer em 2019 e 2020 as povoações da Terrugem e de São João das Lampas, tendo ainda como pressuposto a futura utilização do espaço e sua



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponibilização ao Município aquando de eventos de interesse municipal, nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 15 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 946-P/2018) - "Adquirir à Eventual – Sociedade de Construções, Lda., o prédio misto sito na Av. Torcato Pardal Monteiro, nº 9, em Pêro Pinheiro, composto por vários edifícios e logradouro, com a área total de 18626 m², descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra com a ficha nº 1741 da freguesia de Pêro Pinheiro e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 4637, 4640, 4643 da União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar e pelos artigos rústicos n.º 126 e 145, ambos da secção 1K da mesma União de Freguesias, pelo valor total de 725.000,00 € (setecentos e vinte e cinco mil euros), nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 16 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 757-P/2018) - "Apreciar e votar a afetação de terrenos municipais ao Programa de Disponibilização de Terras de Sintra para Utilização Agrícola, Florestal e Silvopastoril, nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO:-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Votos a favor: 44 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 17 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 759-PM/2018) - "Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno com área de 96,00 m² a confrontar do norte, sul e poente com domínio público municipal e do nascente com Maria do Céu Niza Mateus, para posterior alienação a Maria do Céu Niza Mateus e anexação ao prédio sito na Rua da Liberdade n.º 18, em Vila Verde, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 572 da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 3608 da Freguesia da Terrugem, nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 18 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 812-PM/2018) - "Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 3.343,56 m² sita na Rua de Macau n.º 34, em Mem Martins, destinada a equipamento escolar, nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 19 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 813-PM/2018) - "Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal das seguintes parcelas de terreno:-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Parcela de terreno com a área de 715,00 m² a confrontar a norte e a sul com domínio público municipal e a nascente e poente com Município de Sintra, para integrar o domínio privado municipal e ser anexado ao prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7759 da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4113 da Freguesia de Santa Maria;-----

- Parcela de terreno com a área de 280,00 m² a confrontar a norte com domínio público municipal, a sul, nascente e poente com Município de Sintra, para integrar o domínio privado municipal e ser anexado ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 6 secção 2H da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 11816 a fls. 34 do B-34 da Freguesia de Santa Maria; e-----

- A integração no domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 1.180,00 m², área que corresponde ao atual arruamento, a destacar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7759 da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4113 da Freguesia de Santa Maria, nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 20 da Ordem de Trabalhos: (Proposta n.º 853-PM/2018) - "Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 535 m² a destacar do prédio rústico, artigo 24.º da secção 1D da União de Freguesias de Queluz e Belas, nos termos da respetiva proposta". -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Sintra, 14 de dezembro de 2018. ---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA



Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

O(A) 2º(a) SECRETÁRIO(A)



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL